



**Universidade Federal do Pará
Campus Universitário do Tocantins/Cametá
Faculdade de Educação
Licenciatura em Pedagogia**

ANA CLAUDIA VALENTE FERREIRA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS
EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO
REGIONAL DE CAMETÁ-CRRCAM.**

**CAMETÁ
2019**

ANA CLAUDIA VALENTE FERREIRA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS
EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO
REGIONAL DE CAMETÁ-CRRCAM.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de licenciada em Pedagogia, sob a orientação da professora Msc. Gislane Damasceno Furtado.

**Cametá- Pa
2019**

ANA CLÁUDIA VALENTE FERREIRA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS
EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO
REGIONAL DE CAMETÁ-CRRCAM**

Data da defesa: Agosto de 2019.

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Orientadora Prof^a Msc. Gislane Damasceno Furtado

Avaliador (a) Prof^o Msc. Maria Isabel Batista Rodrigues

Avaliador (a) Prof^a Msc. Gisely Damasceno Furtado

CAMETÁ-PA

2019

DEDICATÓRIA

Com gratidão, dedico este trabalho a Deus. A ele devo o respirar.

Com reconhecimento, dedico este trabalho ao CRRCAM na pessoa do agente Kleber o qual me acolheu e possibilitou esta pesquisa, estendendo aos docentes: Cris, Paulo e Jair que não mediram esforços em contribuir com a pesquisa, são eles que fazem o projeto de educação acontecer no CRRCAM mesmo sem o devido apoio das instituições envolvidas. Espero que de alguma forma possa ser um meio para a criação da proposta do plano educacional para o CRRCAM

Com respeito, dedico a professora orientadora Gislane Damasceno me auxiliou na germinação das ideias e durante todo o processo de desenvolvimento deste presente projeto. Esse projeto é também dela.

AGRADECIMENTO

Reservo essa alegria deste momento para agradecer:

A Deus por sua infinita bondade e misericórdia em ter me concedido vida, saúde, estrutura familiar e forças para lutar por meus sonhos.

Aos meus pais, Claudelina e Manoel que mesmo sem ter tido a oportunidade de concluir seus estudos, sempre me incentivaram e nunca mediram esforços para isso.

Aos meus filhos, Renan e Luan é por eles que ousou lutar.

Ao meu companheiro Reginaldo, pela força e pela disponibilização de recursos facilitando minha vida acadêmica.

Aos meus irmãos, sobrinhos Luís, Lucimário, Iasmim e João, minha eterna gratidão por fazerem parte da minha vida.

À minha professora e orientadora Gislane Damasceno que contribuiu significativamente para minha formação. Minha eterna admiração!

Aos meus eternos amigos de curso de Pedagogia 2015 intervalar pela troca de experiência, vivências, alegrias, tristezas, angústias, espero que continuem na minha vida.

A cada professor que passou por nossa turma deixando ensinamento e que cumpriram seu papel e me ajudaram nessa jornada acadêmica.

OBRIGADA!

EPÍGRAFE

**“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer,
há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.”**

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo intitulado A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE CAMETÁ-CRRCAM, analisa como as práticas desenvolvidas na educação de jovens e adultos são promovidas para a ressocialização de sujeitos privados de liberdade que cumprem pena no Centro de Recuperação Regional de Cametá-CRRCAM, bem como identificar como se organizam essas práticas e discutir seus resultados na vida destes sujeitos a partir do trabalho do pedagogo que atua nesse espaço não escolar. Neste sentido, a estratégia da metodologia nos levou para uma pesquisa de estudo de caso, com uma abordagem qualitativa e com a utilização de instrumentos de coleta de dados como: Entrevistas, observação, análise de documentos disponibilizados pela SEMED e CRRCAM. As discussões foram construídas com as colaborações das obras de importantes autores da área como: Freire (1996) e (1967) uma referência da educação de jovens e adultos. Assim como Libâneo (1999) vem complementar o debate das práticas educativas e a ação do pedagogo. Os resultados apontam que a organização das práticas educativas se desenvolve aleatoriamente, até mesmo pela falta do pedagogo na instituição e do coordenador pedagógico. Essa falta de planejamento resulta em não saber para onde essa educação vai caminhar, se possui o objetivo de somente a elevação da escolaridade ou de uma efetiva ressocialização desses sujeitos. Poucos resultados são apresentados quanto a mudanças significativas na vida dos sujeitos privados de liberdade. Pois, muito problema enfrentado para a efetivação do ensino no CRRCAM, são os mesmo que perpassam pelas instituições escolares. Portanto, ainda é necessário que as ações das práticas educativas se tornem mais efetivas e abraçadas de fato pelas instituições ao gerarem mudança de vida para os sujeitos apenados dentro e fora do contexto dos centros de recuperação.

Palavras –chave: Educação de jovens e adultos; Práticas Educativas; Ressocialização;

ABSTRACT

Or present a study entitled TO EDUCAÇÃO DE JOVENS AND ADULTS: UMA ANALYSIS OF THE DRAWING EDUCATIONAL PRACTICES NOT THE REGIONAL RECOVERY CENTER OF CAMETÁ-CRRCAM, analyze how the practical practices developed for the education of young people and adults are promoted for private restraint penalty no Center of Regional Recovery of Cametá-CRRCAM, bem how to identify how practices are organized and discuss their results of life subject to life from the work of pedagogue that tuna nesse espaço não school. In this sense, a strategy of methodology levou us for a case study investigation, with a qualitative approach and with the use of data collection instruments such as: Interviews, observation, analysis of documents available through SEMED and CRRCAM. As discussed foram built as collaborations of works of important authors of the area such as: Freire (1996) and (1967) a reference of education of young people and adults. Assim as Libâneo (1999) sees complement or debate of educational practices and a pedagogue. The results indicate that the organization of educational practices develops randomly, at the same time the pedagogue is missing from the institution and the pedagogical coordinator. This lack of planning results in knowing that for this education, it will be possible or subject to submit to the schooling of a resocialization of these subjects. Few results are presented as to significant changes in life, two private liberty subjects. Pois, muito problem faced for the efetivação do ensino no CRRCAM, only I think that perpassam pelas school institutions. Therefore, it is necessary that, as a few educational practices, they become more effective and open to the institutions of life for the subjects subject to distress within the context of two recovery centers.

Palavras –chave: Education of young people and adults; Educational Practices; Ressocialização;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPITULO 1: A EDUCAÇÃO PARA SUJEITOS PRIVADOS DE LIBERDADE: A RESSOCIALIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA	17
1.1- Processo de ressocialização: orientações e conceitos.....	17
1.2. O CRRCAM e o trabalho de ressocialização: da implantação ao funcionamento.....	23
1.3. A estrutura pedagógica do processo de ressocialização.....	26
CAPITULO II: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NO CRRCAM TEM PROPORCIONADO MUDANÇAS POSSITIVAS PARA OS INTERNOS?	32
2.1. Diagnóstico do município do estudo.....	32
2.2. A inserção da pesquisadora no CRRCAM.....	34
2.3. Experiência de atuação da pesquisadora.....	36
2.4 Projetos educacionais desenvolvidos no CRRCAM.....	38
CAPITULO III: AS IMPRENSÕES DOS SUJEITOS FACE AO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO	45
3.1. Os internos e o desafio do retorno a sala de aula.....	47
3.2. A docência no espaço carcerário: uma ação desafiadora.....	52
3.3. Educação nas prisões: um caminho para a ressocialização ou requisito para a remissão de pena.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE	72

LISTA DE SIGLAS

BNMP- Banco Nacional de Monitoramento de Presos

CF - Constituição Federal

CNJ- Conselho Nacional de Justiça

CRRCAM-Centro de Recuperação Regional de Cametá

CONAE - Conferência Nacional de Educação

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FEBEM-

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFORPEN - Sistema de Informações Penitenciárias

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LEP-Lei de Execução Penal

MEC - Ministério da Educação e Cultura

ONG- Organização não governamental

PEEP – Plano Estadual de educação nas Prisões

PNE - Plano Nacional de Educação

SUSIPE-Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

SEMED-Secretaria Municipal de Educação de Cametá

SEGUP- Secretaria de Segurança Pública

USP- Universidade de São Paulo

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURA

Figura 1: foto do banho de sol dos internos do presídio de Americano

Figura 2: foto frontal CRRCAM

Figura 3: Turma 2ª etapa EJA CRRCAM

Figura 4: Quantitativo de presos que estudam e trabalham

Figura 5: Números de internos que trabalham

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Remissão de Pena

Quadro 2: Escolaridade dos presos do estado do Pará

Quadro 3: Principais dificuldades que os professores e alunos enfrentam no CRRCAM

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Evolução dos presos no Brasil

Gráfico 2: Evolução da população carcerária em atividades educacionais

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a educação de jovens e adultos como proposta de ressocialização de sujeitos apenados que se encontram no Centro de Recuperação Regional de Cametá- CRRCAM. Esta instituição abriga hoje cerca de 110 presos sentenciados e provisórios com pena privativa de liberdade.

Considerando que o Sistema Penitenciário do Estado do Pará é uma autarquia responsável em administrar as unidades penais nesta unidade federativa, as análises feitas com base na educação promovida pelo Centro de Recuperação Regional de Cametá permitirão uma base em nível do estado uma vez que as regras valem para todos os estabelecimentos penais.

Na busca para um pouco de compreensão sobre essa temática que ao mesmo tempo está distante da população quando não temos informações e conhecimento sobre o sistema penitenciário e que até mesmo, poucos buscam conhecer, mas em contra partida os noticiários de Tv nos lembram que eles estão aí e com frequência as publicação periódica de fuga, rebeliões, motins, morte dentro dos presídios, a causa dessa problemática perpassa primeiro pela fragilidade nas ações de políticas públicas dentro das unidades, onde o sistema custeia presos ociosos, bem como a superlotação e as ações do sistema judiciário para desafogar as cadeias públicas que não estão sendo suficientes e eficazes, pois como os dados do Sistema Informações Nacional Penitenciário mostra que o número de presos no Brasil só aumenta.

O processo educativo que ocorre nos Centros de Recuperação de acordo com a resolução Nº 02 do Conselho Nacional de educação que dispõe sobre as Diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade tem como função inicial elevar a escolarização para os que não concluíram seus estudos na idade certa e nem tiveram a possibilidade de se alfabetizar formalmente para, além disso, a participação destes no processo educacional lhes garante a redução de sua pena, assim como, algumas formação específicas que podem futuramente lhes proporcionar um trabalho e renda assim que estiverem fora do sistema penal, enquanto processo de ressocialização desses sujeitos. Posto isto, também é de extrema relevância para o pedagogo as discussões sobre outros campos de atuação que possa estar inserido como é o caso das prisões.

Entretanto, essas possibilidades de mudança de vida ainda são pouco almejadas pelos internos. Segundo dados divulgados pela SUSIPE¹ em março de 2018 sobre a inserção da população carcerária em atividades educacionais dos 17.650 internos custodiados pela

¹ Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará

SUSIPE apenas 2.321, participaram. É preciso então, que se verifique por que essa política de reinserção social tem sido tão pouco aderida.

Tais problemáticas nos permitiram organizar algumas questões para discussão e direcionamento deste estudo, entre as quais estão: *Quais práticas educativas são desenvolvidas no CRRcam? Que metodologias são desenvolvidas com os sujeitos apenados? Como estão organizadas as propostas pedagógicas no CRRcam? Que proposta pedagógica tem se efetivado nesse espaço? O que os sujeitos apenados pensam sobre a educação que tem recebido? Quais os desafios e os resultados obtidos segundo a análise dos atores do CRRCAM?*

Estes questionamentos nos encaminharam a definição de um problema principal: *As práticas educativas desenvolvidas no CRRcam tem proporcionado mudanças de vida significativas para o processo de ressocialização dos sujeitos apenados?*

Diante deste questionamento nosso objetivo geral foi de analisar as práticas educativas no sistema penitenciário e sua contribuição no processo de ressocialização, buscando identificar estas práticas, discutir os resultados destas práticas e também os impasses para sua efetivação. A estratégia da metodologia nos leva para uma pesquisa de estudo de caso, acerca da oferta da EJA no CRRCAM, como (YIN, 2005) pondera sobre o tipo de pesquisa: “sua capacidade de lidar com ampla variedade de evidências-documentos-artefatos-entrevistas-observação-além do que pode está disponível no estudo histórico convencional. ”

A pesquisa foi feita por meio do uso de instrumentos quantitativo, que segundo (GIL, 1999): “O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. Há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser trazido em número. ”

Para Bogdon e Taylor (1987) nos métodos qualitativos o investigador deve estar completamente envolvido no campo de ação dos investigados, uma vez, que na sua essência esse método de investigação baseia-se principalmente em conversar, ouvir e permitir a expressão livre dos participantes. Os métodos foram tais como: entrevistas, observação das práticas educativas e análise de documentos fornecidos pelas instituições CRRCAM e SEMED e bem como na busca de dados através de acessos a sites oficiais, tanto das Secretarias Nacional de Estado da Segurança Pública, ao CNJ, SUSIPE, INFORPEN.

Utilizamos também o apoio às fontes legais (CF, LDBEN, LEP, LDB e leis específicas), sustentando os resultados obtidos através do referencial teórico, fundamentação necessária para a compreensão de como esta modalidade vem se constituindo no momento

atual. Ao tratarmos de educação de Jovens e adultos e marginalização é indispensável nos voltarmos para as discussões construídas por Freire em suas obras *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á pratica educativa* (1996) e *Educação como pratica de liberdade* (1967). E Libâneo (1999) vem complementar o debate das práticas educativas e a ação do pedagogo.

Outras contribuições vêm Carlos Libâneo (1999) visando encontrar métodos e técnicas para uma aula mais atrativa, bem como a atuação do pedagogo e da ação pedagógica.

“Há muitas modalidades de práticas educativas, portanto muitas modalidades de intervenção pedagógica, tais como a pedagogia familiar, pedagogia profissional, mas especificamente, a pedagogia ocupa-se de práticas educativas intencionais destinadas a favorecer o desenvolvimento dos indivíduos no interior de sua cultura por meio de processo de transmissão e assimilação ativa de experiências, saberes e modos de ação culturalmente organizados.” LIBANEO (1999 P.154)

Não menos importante, foi a busca por documentos oficiais como: relatórios, sites das entidades e órgão afins como Ministério da Justiça, da SUSIPE, etc. que nos auxiliaram a entender alguns conceitos e diretrizes para se desenvolver o processo educativo em espaços prisionais, caracterizado como violento, “marginalizado”. Neste caso o levantamento documental e dados estatísticos, no que se refere a educação formal e as práticas educativas no sistema penitenciário foram relevantes para as análises.

O lócus de investigação, por ser um espaço dotado de segurança² alguns cuidados e procedimentos foram extremamente delicados e necessários diante da abordagem qualitativa que nos propusemos. O acesso ao espaço foi através da apresentação de ofício e diálogos.

A modalidade trabalhada hoje no sistema é a EJA-Educação de Jovens e Adultos que tem seu percurso Paulo Freire a partir de uma perspectiva de educação libertadora, nos propõe as linhas mestras de sua visão pedagógica e de seu método de ensino na qual se permite ao educando adulto a alfabetização crítica para a sua inserção no mundo do trabalho, valorizando as seus conhecimentos e habilidades, O respeito à liberdade dos educandos que nunca são chamados de analfabetos mas de alfabetizandos .(FREIRE1967)

Importante destacar aqui uma crítica de Freire as metodologias das cartilhas que ensinavam pelo método da repetição de palavras e frases soltas. Como escrever repetidamente que a “uva é verde” mas para Paulo vai muito mais além, não basta escrever repetidamente e ler que a “uva é verde”, mas entender o porquê que a uva é verde, qual o contexto social que se deu para obter este resultado.

² No sentido do estabelecimento possui um regimento interno constituídos de regras a serem cumprida por todos.

Nossa intenção foi nos aproximar do espaço e das práticas educativas que ali acontecem fazendo o levantamento de dados através de observação participante que de acordo com: “técnica de coleta de dados, que não consiste em apenas ver ou ouvir, mas em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar, elemento básico de investigação científica”. Essa aproximação nos permitiu o contato com a professora e também com os alunos. Então, Demo (1995) define a entrevista semi-estruturada como a atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade.

O trabalho se estrutura em três capítulos a conhecer: O primeiro capítulo apresenta análises dos conceitos e orientações do processo educativo voltado para alunos privados de liberdade no CRRCAM, assim como implantação e funcionamento; o segundo capítulo analisa as práticas educativas que atualmente ocorre no centro, assim como a experiência da pesquisadora, e o terceiro capítulo aborda as falas e impressões dos internos-alunos e dos professores, protagonistas nessa tarefa de fazer do ensino um caminho para a mudança de vida de pessoas que a sociedade julga incapaz de mudança.

Por fim, as considerações finais que retomam as principais discussões ao longo do texto.

CAPÍTULO I- A EDUCAÇÃO PARA SUJEITOS PRIVADOS DE LIBERDADE: A RESSOCIALIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA

Neste capítulo, visamos conhecer mais sobre o histórico e estrutura do sistema penitenciário do estado do Pará, a fim de compreendermos como vem se dando a organização do processo de ressocialização dos sujeitos privativos de liberdade dentro de um ambiente feito para punir e reprimir, além da importância de se levar ao conhecimento da sociedade o que o governo anda fazendo para diminuir os índices de criminalidade. O capítulo está dividido em três seções: a primeira seção vem tratar de alguns conceitos e orientações do processo de ressocialização para melhor entendimento. Já o segundo detalha o histórico e implementação do CRRCAM no município de Cametá e como ele vem funcionando, fechando o capítulo com a terceira seção vamos adentrar na estrutura pedagógica do processo de ressocialização.

1.1.Processo de ressocialização: orientações e conceitos.

A ideia de punição está impregnada na humanidade, pois desde a criação do mundo já temos exemplos disso quando Deus puniu Adão e Eva expulsando-os do Paraíso. Segundo Batistela (2008) um dos fatos marcantes sobre as prisões foi durante a idade média, momento este que o direito penal foi caracterizado por sua crueldade, falta de respeito à integridade física do condenado. Nesse período surgem dois tipos de prisão. A Prisão Custódica. Que guardava os presos julgados e os casos de prisão perpétua. E a prisão Eclesiástica. Destinados aos clérigos rebeldes que eram presos dentro de um aposento subterrâneo nos mosteiros para que por meio da penitência e meditação se arrependessem do mal causado e obtivessem a correção através de castigos físicos. Daí vem o termo de penitenciária.

Do mesmo modo, a prisão está associada historicamente, a doenças como Aids e tuberculose, à violação do direito à integridade física, e mesmo à violação ao direito à vida, de forma mais contundente do que ocorre com a população em geral. (dados do INFORPEN, 2014).

Em linhas gerais, o panorama da educação em prisões no estado do Pará não se difere do contexto nacional, mesmo com a lei que regulamente a educação em prisões para fins de remissão de pena, o funcionamento depende do empenho de cada direção. Visto que o cargo de diretor desses estabelecimentos ocorre por indicação política, ou seja, a cada troca de governo, ocorrem mudanças nas casas penais o que pode de alguma forma interferir no desenvolvimento de projetos sociais.

Partindo-se desse entendimento as ações do Estado não podem residir apenas na abstenção da violência física ou somente na garantia da ordem para a custódia do indivíduo, em se tratando de pena privada de liberdade deve antes disso, consistir em um processo de superação de uma história de conflitos por meio da promoção dos seus direitos e da reconstrução dos seus vínculos com a sociedade, visando criar condições para a sua futura reintegração social.

Mas, a luta pelos direitos humanos, ajudou a fluir esses debates, criando-se leis, e assim: “a concretização do direito à educação, consagrado pela C. F. de 1988 e por outros instrumentos legais, como a LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), perpassa pela garantia de que todos os cidadãos tenham oportunidades de acessar as instituições escolares e que encontrem nelas as condições propícias para concluir, na idade certa, suas etapas com níveis satisfatórios de aprendizagem. (PNE 2014-2024).

Entretanto, essa garantia do direito a educação requer que ela seja dotada de qualidade social para que possa ser um meio de mudança de vida do sujeito, principalmente dos que vivem “a margem da sociedade” a fim de que eles possam fazer parte efetivamente da sociedade, sendo assim uma educação efetiva.

E assim as prisões do mundo inteiro se constituíram baseadas em castigos físicos, reclusão como punição, acreditando-se que seria suficiente para corrigir de alguma forma o infrator. Com isso, as pessoas presas perderam sua dignidade, seus direitos básicos levando o Brasil a ter uma população carcerária vultosa que com o passar dos anos só aumenta.

Mas é necessário inicialmente fazermos uma contextualização da legislação que orienta essa modalidade de educação em espaço diferenciado à escola, com peculiaridades bem diferentes do contexto escolar, ainda que enfrente problemas bem semelhantes.

Para entendermos um pouco mais sobre educações nas prisões, deve-se primeiramente conhecer a estrutura e funcionamento do Sistema penitenciário, suas leis e sua atual realidade, a fim de entender como uma estrutura que foi pensada para punir, castigar, se prepara para cumprir o papel de ressocialização de sujeitos que não tiveram êxito em diversas instituições como a família, a escola, a igreja, a sociedade e que chega nas penitenciárias sem expectativa nenhuma, pode ser inserido novamente a uma sociedade.

A Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), criada pela Lei nº 4.713, de 26 de maio de 1977, transformada em Autarquia pela Lei nº 6.688, de 13 de setembro de 2004, dotada de autonomia administrativa e financeira e vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), tem por missão institucional

planejar, coordenar, implementar, fiscalizar e executar a custódia, reeducação e reintegração social de pessoas presas, internadas e egressos, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal. A Lei nº 8.332, de 14 de dezembro de 2015, dispõe sobre a reestruturação da SUSIPE e foi sancionada pelo governador do Estado, Simão Robison Oliveira Jatene, durante exercício de seu mandato.

A Lei que rege o Sistema Penitenciário é a LEP (Lei de Execução Penal) a qual possui a finalidade de efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Portanto, ao profissional que atue nessa instituição deverá se apropriar da Lei, pois orienta com procedimentos necessários a prática dentro dos estabelecimentos penitenciários. Assim como o Regimento Interno da Superintendência do sistema Penitenciário do Pará através do decreto Nº 2.199, de 24 de março de 2010. Este Regimento Interno regulamenta a estrutura organizacional e o funcionamento da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, define as competências das unidades administrativas e as atribuições dos cargos.

No Art. 10 da LEP dispõe sobre a assistência ao preso e ao internado, sendo dever do estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. O Estado deve chamar para si a responsabilidade de garantir a oferta de serviços e assistências que se traduz num conjunto de intervenções técnicas, políticas e gerenciais executadas durante e após o cumprimento das penas privativas de liberdade, com intuito de criar uma aproximação entre Estado, Comunidade e os presos, como forma de reduzir a reincidência criminal.

Na estrutura organizacional da SUSIPE para todo profissional que esteja engajado nos projetos educacionais nos estabelecimento penitenciários, precisam conhecer pois é o setor responsável pela educação nesse ambiente:

VIII- Diretoria de Reinserção Social

- a) Coordenadoria de Educação Prisional
 - a.1) Gerência de Ensino Profissionalizante
 - a.2) Gerência de Ensino Acadêmico

O Sistema penitenciário vem ganhando espaço e importância no debate, por conta do entendimento de que o combate à criminalidade perpassa pela prática da prisão e reclusão de criminosos. Atualmente, o Sistema penitenciário Nacional funciona interligados ao estadual, com o objetivo de sistematizar dados da população carcerária brasileira, com isso já podemos ter acesso a relatórios, dados sobre a tipificação da população carcerária, são fornecidos dados

como, idade, escolaridade, tipificação do crime, raça, através do endereço eletrônico do Ministério da Justiça- departamento de informações penitenciárias.

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) apresenta a atual contribuição para o aperfeiçoamento da execução penal no país. Foi construída uma atuação em três **grandes eixos**, sendo: alternativas ao encarceramento; modernização do sistema prisional e promoção da cidadania. “No que tange a **promoção da cidadania** e humanização da execução penal, o grande desafio é instituir um modelo conectado às políticas públicas sociais intersetoriais e que vise a preparação do privado de liberdade ao convívio social”.

O DEPEN informa que dentre as estratégias utilizadas para a **Promoção da Cidadania** está a inclusão das pessoas privadas de liberdade, egressos e familiares nas políticas públicas existentes, possibilitando seu reconhecimento e inclusão em programas, projetos, ações e atividades setoriais de reintegração social dentre as quais destacam-se as políticas de saúde, mulheres e diversidades, educação, cultura e esporte, trabalho e renda, assistências jurídica, social e religiosa, sempre reconhecendo as diversidades e as necessidades advindas do gênero.

Os presos no Brasil estão distribuídos em diferentes estabelecimentos, incluem-se penitenciárias, cadeias públicas, casa de detenção, albergados, delegacias, colônias agrícolas. E na maioria desses ambientes os internos vivem em uma realidade de superlotação (figura 1), com condições mínimas de higiene, torturados pelo ócio e sem perspectiva de retomar sua vida social ou até mesmo construir uma vida social, pois muitos deles têm a vontade de mudar suas vidas e de suas famílias.

Figura 1: Foto site da SUSIPE



Fonte: www.susipe.pa.gov.br

Acima podemos observar uma imagem disponível no endereço eletrônico da SUSIPE, onde expõe o dia a dia de um sujeito privativo de liberdade, a imagem retrata o momento do banho de sol dos internos, ou seja, diariamente os internos são conduzidos ao solário dos blocos para tomar sol, e nesse momento eles jogam bola, baralho, fumam para passar tempo, desenvolvem atividades artesanais, é onde também recebem visita religiosa. Muito se fala sobre a ociosidade dos internos, alegando que só comem, dormem e pensam 24 horas em fugir.

Fortalecendo a oferta da Educação no sistema Prisional, em 25 de Agosto de 2011, foi encaminhado o Ofício nº. 1370/2011 da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará para a Secretaria de Estado de Educação, solicitando a Renovação do Convênio 1118/09, visando o melhor andamento das atividades educativas ofertadas no interior dos estabelecimentos penais, objetivando a reinserção social dos apenados através da educação

Os dados do INFORPEN nos mostram que a população carcerária brasileira vem aumentando consideravelmente a cada ano, o Brasil conquistou o quarto lugar em 2015 e o terceiro em 2017 quando atingiu o número de 726 em termos de população carcerária mundial, atrás dos Estados Unidos e China. O Estado não se preparou para isso, a superlotação é o grande nó do sistema, aliado a falta de direitos e dignidade os presídios tornam palco de motins, rebelião, mortes,

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou os dados do Banco Nacional de Monitoramento de Presos (BNMP) de agosto de 2018, de acordo com os dados 95% dos encarcerados são homens e 5% mulheres. Cerca de 40% são presos provisórios que ainda esperam julgamento e 27% respondem por roubo e 30% têm entre 18 a 24 anos. Quanto à raça, cor etnia das pessoas privadas de liberdade no país, dos dados incluídos no cadastro da pessoa privada de liberdade, o total de 54,96% foram classificados como pretos ou pardos.

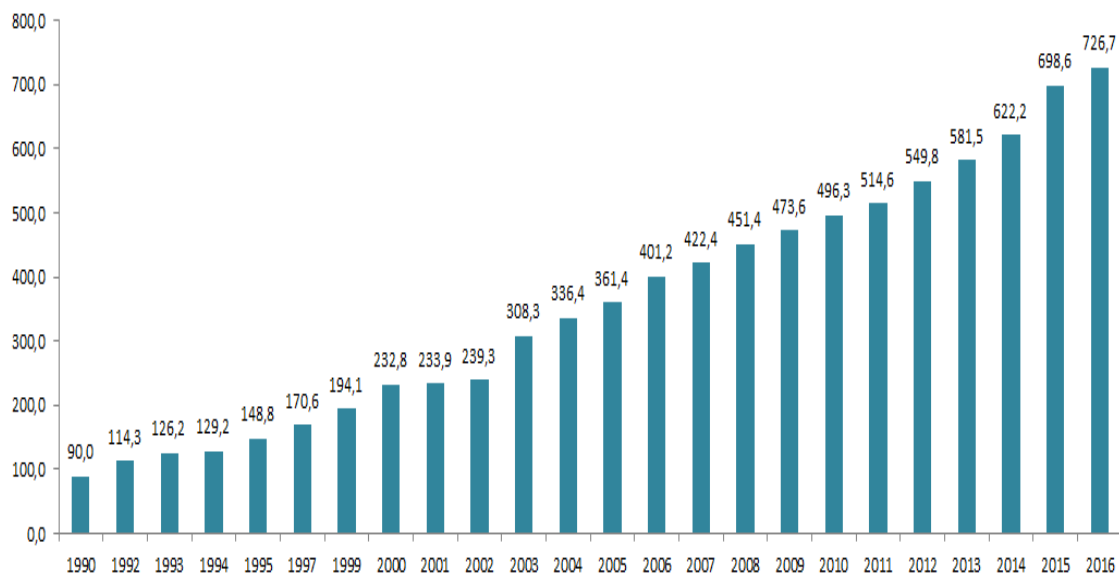
O quadro a seguir apresenta a evolução da população carcerária brasileira entre os anos de 1990 a 2016 quando ultrapassou o número 726 mil um aumento na ordem de 707% que demonstra o quanto a nossa população carcerária tem aumentado e principalmente as políticas públicas não estão sendo eficiente no combate a criminalidade.

O INFORPEN³ aponta que um preso no Brasil custa em média R\$ 2,4 mil por mês, enquanto um estudante custa R\$ 2,2 mil por ano. Obviamente se gasta mais com preso do que com a educação, e contra partida, o número de presos aumenta. No estado do Pará esse custo é de R\$ 1,350/mês cada interno, um custo elevado para o estado manter os presos em extrema

³ Sistema de Informações Penitenciárias

ociosidade, esse custo se dá por parte da terceirização de alguns setores do sistema, como alimentação, e outros serviços. No Brasil existem, presídios que já são administrados por empresas privadas.

Gráfico 1- Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2016



Fonte: Ministério da Justiça. Dados do Infopen.

Partindo-se desse entendimento as ações do Estado não podem residir apenas na abstenção da violência física ou somente na garantia da ordem para a custódia do indivíduo, em se tratando de pena privada de liberdade deve antes disso, consistir em um processo de superação de uma história de conflitos por meio da promoção dos seus direitos e da reconstrução dos seus vínculos com a sociedade, visando criar condições para a sua futura reintegração social.

Neste sentido, são diversos os benefícios de um sistema prisional que promova a cidadania e garanta a dignidade humana, principalmente quando acredita que a educação é o principal meio de se transformar a atual realidade e do sistema prisional brasileiro.

Pois através de uma educação que faça os internos se perceber como cidadãos de direito e deveres garante benefícios, como: Previne a reincidência, contribui para a prevenção de delitos e reduz a taxa de criminalidade; Diminui o índice de violência carcerária, pois o uso da força passa a ser pontual; Deixa a unidade prisional mais tranquila e segura, por diminuir a tensão; Previne fugas e rebeliões; Diminui as infrações disciplinares nas unidades; Reduz o déficit carcerário, pela remição da pena e pela redução da reincidência e auxilia na construção de um novo projeto de vida para as pessoas privadas de liberdade.

1.2- O CRRCAM e o trabalho de ressocialização: da implantação ao funcionamento.

O Sistema Penitenciário foi implantado no município de Cametá no ano de 2001 quando passou a assumir a guarda de presos que até então era de custódia da polícia civil, com a denominação de cadeia pública, possuía apenas um bloco carcerário com quatro celas abrigando aproximadamente 30 presos.

Precisamente no dia 13 de janeiro de 2005, foi inaugurado pelo governador do estado na época, Simão Jatene e o superintendente da SUSIPE e pelo Dr. José Alírio Wanzeler Sabbá, a estrutura do prédio denominado de Cadeia Pública de Cametá, com a construção do segundo bloco carcerário, com seis celas, e ainda a ampliação do antigo bloco, oferecendo assim um total de 10 (dez) celas, separando os condenados dos provisórios, além disso, foi construída uma área administrativa composta por uma área de espera e 01. Secretaria, com banheiro; 01. Sala para Direção, 01 sala para vice-direção, 01 sala assistência social e saúde 01 sala Almojarifado, 01 alojamento coletivo. A população carcerária já chegava a 90 internos no ano de 2008.

Atualmente, o quadro funcional do CRRCAM conta com um diretor, um chefe de segurança, duas técnicas de enfermagem, Assistente social, três agentes administrativos e 22 agentes prisionais. Sua estrutura física: 01 sala da Direção; 01 almojarifado, 02 alojamento (feminino e masculino); 01 secretaria; 01 area recepção; 01 sala atendimento técnico (assistente social, psicólogo); A unidade conta com sistema de vigilância de câmera eletrônica.

Figura 2: Centro de Recuperação Regional De Cametá-CRRCAM



Fonte: Ana Claudia Valente, 2019.

A imagem acima é da atual estrutura física do CRRCAM, localizado a Rua Euclides Figueiredo, bairro da Matinha na cidade de Cameté, após nova reforma. Hoje em dia encontram-se sob custódias no CRRCAM 160 internos nos seguintes regimes jurídicos: Condenado, presos que já receberam suas sentenças; provisórios, os que esperam julgamento e os semi-aberto, internos que já cumpriram 1/3 de sua pena e tem direito de estudar/trabalhar de dia e recolhe a noite no sistema.

No ano de 2014 foi realizado um convênio entre CRRCAM e a Secretaria Municipal de Educação, a fim de implantar o sistema de ensino da modalidade de Educação de Jovens e adultos (EJA), nesta minuta foi firmada uma parceria onde o CRRCAM entraria com o espaço e a segurança e a Secretaria de educação com os professores, o apoio pedagógico e didático para as aulas. Assim foram formadas duas turmas: 2ª etapa e 3ª etapa, com aproximadamente 15 alunos, atualmente três docentes ficam responsáveis pelas aulas, os licenciados em pedagogia, história, matemática, e artes.

Abaixo temos uma imagem (Figura 3) que retrata o início do projeto educacional no CRRCAM em 2014, projeto este que somente foi possível pelos esforços de funcionários da unidade em articular um convênio com a Secretaria Municipal de educação. Cada turma é composta por 15 alunos, podemos analisar na imagem que os internos não são obrigados a usar uniformes ou qualquer tipo padrão de roupa. Segundo os responsáveis pelo projeto na unidade, as escolhas dos internos se dão através do comportamento e também análise de profissionais como psicólogo e o próprio pedagogo, pois toda unidade é gerida por regras e cabe aos internos segui-las.

Figura 3: Turma da 2ª Etapa da EJA no CRRCAM



Além disso, um fator importante a ser destacado é a questão que entre os internos existem regras, eles entendem que se deve respeitar o professor, mas também cabe ao professor deixar claro qual seu papel naquele espaço e a relação com os internos. Como se trata de pessoas que estão algum tempo longe do convívio social, segundo a professora de artes quando ocorre alguma atividade prática eles querem ficar com todo o material da aula. Importante ressaltar que na maioria das vezes os próprios professores que arcam com os materiais.

Outra observação que pode ser feita na imagem é o fato de ter pinturas direcionadas ao público infantil, isso se deve pelo fator de funcionar nesse ambiente as aulas e a cada quinze dias as visitas das crianças, ou seja, a sala de aula é uma brinquedoteca durante as visitas dos filhos dos internos.

Segundo a direção do CRRCAM os problemas estruturais impedem de se desenvolver mais projetos, como: cursos profissionalizantes, artesanais, as dificuldades são muitas, entre elas a dificuldade de professores que aceitem trabalhar com esse público, o coordenador pedagógico cedido pela Secretaria de educação que não aparece e deixa os professores sem apoio pedagógico.

Para a implantação de um projeto educacional é preciso que existam mínimas condições estruturais, a começar pela sala de aula, que é o espaço de encontro, de quebrar com as amarras doloridas do sistema desigual presente na sociedade, de novas perspectivas e mesmo de mudança de vida. Encontramos em nossas observações e mesmo da leitura da imagem acima que muito temos a fazer.

Diante ao exposto, a atenção se volta para o fato de como o Sistema Penitenciário vem lidando com as ações que visam a ressocialização de internos. Considerando os espaços, tratamento, os movimentos e afirmações que são e estão sendo desenvolvidas para sua efetivação. O que se nota é uma estrutura improvisada que merece uma atenção maior, já que como política que visa formar pessoas para retornarem à sociedade de maneira a haver uma reciprocidade entre ambos muito pouco ainda está sendo feito. Isso nas unidades do interior, pois as unidades da região metropolitana demonstram que estão bem preparadas, equipadas tanto com materiais e equipe multidisciplinar.

Tais indagações são pertinentes quando se propõe transformar um ambiente hostil em um ambiente alfabetizador, mais do que isso precisa oferecer condições para que as relações sociais se desenvolvam, onde os alunos repensem identidade, revejam sua autoimagem, precisam criar laços que os encorajem a continuar a caminhada.

1.3- A estrutura pedagógica do processo de ressocialização

Para uma educação ressocializadora é necessário que não seja pensada somente como elevação da escolaridade, é necessário que o sujeito entenda a importância dos estudos para sua mudança de vida. Para tanto, o educador deve entender a concepção da educação que permeia o âmbito do sistema penitenciário, ela simplesmente fundamenta-se na teoria freireana. A proposta curricular de Educação no sistema penitenciário é emancipatória e revolucionária por proporcionar aos alunos o aprendizado materializado na leitura do mundo, por compreender a dicotomia entre teoria e prática, saber científico e saber popular. (Plano de educação nas Prisões do Pará, 2015)

A modalidade que atende o público privados de liberdade é a Educação de Jovens e Adultos, esta modalidade de ensino ganhou espaço na garantia de direito a uma parcela da população que por diversos motivos chegava à idade adulta sem saber ler e escrever, Segundo o departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação do município de Cametá, informou que: “O município de Cametá implantou em 1977 suas primeiras turmas do ensino chamado supletivo, que funcionou na EMEF General Osorio, sob a direção da professora Maria Francisca Martins Alho. Esta modalidade de ensino estendeu-se para outras escolas dentro de nosso município. Em 2000 essa nomenclatura (supletivo) passa a ser substituída por outra, a chamada educação de jovens e adultos (EJA)”.

A EJA possui uma organização em quatro Etapas de aprendizagem, definidas pela distribuição da carga horária, por quantidade de alunos por turma e por um conjunto de expectativas que definirão níveis de letramento a cada uma delas e as possíveis intervenções didáticas.

- ❖ 1ª ETAPA – (1ª e 2ª série)
- ❖ 2ª ETAPA – (3ª e 4ª série)
- ❖ 3ª ETAPA – (5ª e 6ª série)
- ❖ 4ª ETAPA – (7ª e 8ª série).

Uma das Metas do Plano de trabalho Anual⁴ do Departamento de Educação de Jovens e adultos da SEMED é: Readaptar e oportunizar detentos a adquirir ensino formal aos que foram impedidos devidos a seu estado de reclusão. Para alcançar esta meta traçou-se uma estratégia de: Ministras aulas itinerantes dentro do sistema de acordo com o currículo formal

⁴ Plano de Trabalho Anual da SEMED/Cametá. Ano 2018

da educação da EJA. O Plano é resultado de um planejamento por parte do departamento para dá suporte técnico e pedagógico aos professores e alunos da EJA.

A LDB em seu Art.32 que trata da obrigatoriedade do Ensino Fundamental, a qual objetiva a formação básica do cidadão, através:

- I – desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a economia, a tecnologia, as artes, as culturas e os valores em que se fundamentam a sociedade;
- III – desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – fortalecer os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e o respeito recíproco em que se assenta a vida social;
- V – compreender e atuar de forma crítica, participativa e dialógica na realidade social.

Mas para alcançar esses objetivos é necessário atingir algumas metas, entre elas o fortalecimento da educação nos presídios, através de fornecimento de materiais didáticos e pedagógicos que visem proporcionar ao professor uma gama de possibilidade para o desenvolvimento de seu trabalho e em consequência despertar nos sujeitos a certeza que se pode mudar, de que se pode melhorar, de que a educação tem sim um papel fundamental nas nossas vidas.

Segundo o Plano Estadual de Educação nas Prisões: “A supervisão e assessoramento das atividades educacionais é realizada pelos coordenadores pedagógicos das instituições partícipes, visando subsidiar os profissionais que atuam no processo ensino-aprendizagem”. Após um período de estagio nesse ambiente percebi que os professores ficam sem apoio técnico-pedagógico e não somente precisam, mas necessitam desse apoio, e analisando percebi uma falha muito grande nesse processo que é a ausência de um Projeto Político Pedagógico próprio para as unidades penais.

Portanto, há a necessidade de cada unidade prisional adotar o seu próprio Projeto Político Pedagógico, a exemplo de todas as escolas, esse documento é como um guia para todos os envolvidos com a educação no estabelecimento e será dada uma organização clara com objetivos e metas a seguir. A partir das definições constantes no PPP poderá partir para uma construção curricular própria, como oportunidade de melhorar o processo ensino aprendizagem no sistema prisional.

Nesta proposta pedagógica, Conforme o projeto Educando para a Liberdade⁵ (2007) é necessário, portanto, um constante ir e vir, entre o interesse que surge do diálogo do estudante com suas vivências e trajetórias e do professor, que dialoga com as expectativas de aprendizagem. Pois, compreende-se aqui a expectativa de: aprendizagem como as relações com o conhecimento que se espera, do quê os alunos sejam capazes de fazer ao final de uma unidade didática, ano letivo ou curso e sua relação com o mundo. Pensar a ressocialização do detento distante de uma atividade educativa organizada, certamente configuraria apenas como mero instrumento de cumprimento de pena sem visualizar os direitos garantidos dessa população.

Outro ponto importante da estrutura pedagógica é o **currículo**, é entendido como uma visão ampla, como o conjunto d/e vivências e interações que se dão na unidade educativa e que mobilizam a elaboração de conhecimentos, visões de mundo e habilidades, na proposta pedagógica da EJA não é dado à priori, mas constituídos na tessitura das relações que constituem etapas de aprendizagem, e são tecidas pelo interesse do estudante e pelas expectativas de aprendizagem dos educadores como apresentado na seguinte fala: *“Com relação ao currículo percebo que é um trabalho aleatório e uma falta de articulação para a construção de um plano curricular específico para esse público e assim poder avaliar”*. (Fala do professor “C”)

A **RESOLUÇÃO Nº 4/2016** que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade no Brasil, estabelece em seu art. 4º inciso V - a organização curricular que objetive atender às peculiaridades de tempo, espaço e rotatividade da população carcerária levando em consideração a flexibilidade prevista no art. 23 da Lei nº 9.394/96; Por isso, além das normas que orientam a oferta da EJA, incluem-se também as proposta curricular do Departamento de Educação de Jovens e Adultos da secretaria municipal de educação/Cametá:

- Os Gêneros textuais como unidade de ensino articulados com os níveis de letramento;
- O diagnóstico do processo de aquisição da leitura e da escrita a partir da aplicação da Psicogênese da Língua escrita;
- As expectativas de aprendizagem por áreas do conhecimento;

⁵ O Projeto Educando para a Liberdade é resultado da discursão do I encontro Nacional de educação nas prisões.

- Sequências Didáticas, como instrumentos de planejamento e metodologia em sala de aula de maneira a aproximar os conhecimentos culturais e sociais aos conteúdos mínimos das disciplinas e trabalha-los de forma interdisciplinar.

A **interdisciplinaridade** nesta prática, não surge como o esforço de aproximações disciplinares, do reconhecimento da importância de saberes especializado na resolução dos questionamentos que permeiam as diversas problemáticas, não como fins em si mesmos, mas como ferramentas que deverão ser apropriadas pelos estudantes ao longo dos estudos.

No que tange o processo de avaliação, segundo a proposta da EJA no município, a avaliação objetiva a revisão das práticas com vistas ao planejamento das atividades subsequentes, para efeitos de reconhecimento de aprendizagens que ocorreram antes de sua chegada à EJA, inclusive, daquelas resultantes das experiências realizadas em outros âmbitos da vida, como no trabalho, na família e na sociabilidade. Será contínua: avaliação somativa (nota), formativa, diagnóstica e emancipadora.

Nesta proposta pedagógica da EJA é necessário, portanto, um constante ir e vir, entre o interesse que surge do diálogo do estudante com suas vivências e trajetórias e do professor, que dialoga com as expectativas de aprendizagem. Pois, compreende-se aqui a expectativa de aprendizagem como as relações com o conhecimento que se espera, do que os alunos sejam capazes de fazer ao final de uma unidade didática, ano letivo ou curso.

A grande contribuição advém da articulação entre os órgãos responsáveis pela educação e pela administração penitenciária, bem como preparar os diversos agentes operadores que atuam na Execução direta da proposta a ser demandada, neste caso, principalmente, agentes, gestores penitenciários e professores. Plano Estadual de educação nas Prisões, 2015)

O projeto de educação no CRRCAM também se justifica por trazer elementos essenciais para enriquecer o debate acerca da temática em questão, além de contribuir para a análise educacional dos aspectos que envolvem a educação carcerária, em suas várias nuances e concepções diferenciadas, haja vista que o contexto local carece de intervenções na área.

O sujeito da EJA pelo fato de estar encarcerado já traz uma particularidade referente a EJA trabalhadas nas escolas, mas que em ambas trata-se de pessoas que de uma forma ou de outra são marcadas pela exclusão e para as quais a EJA se constitui no resgate de uma dívida social. Logo, a educação de Jovens e Adultos, deve ser pensada como um processo educacional específico, sendo ele privado de liberdade, uma vez que possui características socioculturais que apontam à necessidade de uma proposta política pedagógica diferenciada.

Assim, esses fatores são vistos como objetos de intervenção no âmbito de uma perspectiva maior, que compreende não apenas o espaço regional, mas uma análise sócio

educacional ampliada das ações e teorias que poderão interferir na conjuntura local. Segundo o relatório do INFORPEN (2014). Manter os jovens na escola pelo menos até o término do fundamental pode ser uma das políticas de prevenção mais eficientes para a redução da criminalidade e, por conseguinte, da população prisional.

Como o CRRCAM não possui em seu quadro técnico administrativo o pedagogo e para o projeto foi disponibilizado um coordenador pedagógico pela Secretaria Municipal de Educação de Cametá para assessorar de forma sistemática as atividades pedagógicas acompanhando a prática pedagógica do professor, cabendo a ele contribuir com suas metodologias, e auxilia-los em sua dificuldade da ação interdisciplinar, tendo em vista a garantia dos objetivos do projeto. Caberia aqui um registro de cada atividade pedagógica a fim de aprimorá-la e socializar as experiências.

Os atendimentos profissionais dentro do sistema prisional muito apresentam dado de forma individual, pautado no modelo clinico-assistencialista. Nesse entendimento o trabalho de integração da equipe multiprofissional é de extrema importância para o desenvolvimento de qualquer projeto, os profissionais como: pedagogo, Assistente social, psicólogo, sociólogo, enfermeiro, nutricionista, são fundamentais se dando através de uma relação dialógica, para compreender a diversidade como essencial na construção de um novo paradigma de sustentação teórico-metodológico e técnico-operacional para os trabalhos desenvolvidos no âmbito prisional. No caso do CRRCAM o atendimento fica comprometido uma vez que não há o pedagogo na instituição.

As ações destes profissionais deve ainda desenvolver um banco de dados com referência aos perfil dos educandos no que se refere ao perfil econômico, cognitivo, pedagógico e social. Todavia, somente a privação da liberdade não contribui para que estes abandonem a criminalidade, e nem busquem uma possível transformação social, pelo contrário, só aumentam as possibilidades do sujeito voltar a cometer crimes.

Um fato que intriga os docentes que atuam em unidades prisionais é o pouco interesse do aluno pelas aulas, ou o aluno só vai pra aula para ter o que fazer, sem compromisso devido com o aprendizado. Cada professor se apropria da turma para fazer um diagnóstico onde vai detectar os pontos fracos e fortes e assim poder desenvolver com eficácia seu plano de aula. Sem dúvida o cárcere é uma sociedade dentro da sociedade que a primeiro momento parece distante de nós, mas que se observarmos bem, muito próxima. Por isso, necessita ser melhor observado, estudado e debatido, pois é uma luta do governos e sociedade.

Por isso, é preciso ir além disso, buscar metodologias educativas e alternativas que possam promover a ressocialização e a novas perspectivas de vida e trabalho e dissociar-se desta compreensão é retroceder aos moldes tradicionais pautados nos mais arraigados pensamentos, que na exigência da atual estrutura social se torna impraticáveis.

Educar jovens e Adultos é um desafio que temos que enfrentar para minimizar os efeitos negativos que séculos de exploração obrigaram às classes populares. Para isso, é necessário um contínuo aprendizado por toda a vida.

Até mesmo, os serviços tecnológicos devem estar a serviço de todos. Os professores do CRCAM ainda não contam com alguns aparatos tecnológicos que poderiam diversificar as suas aulas. Como data-show, som, dvd. A televisão é fornecida por um aluno. E o quadro magnético que também é uma tecnologia está bastante danificado.

Por fim, pretende-se aplicar metodologias baseadas na compreensão de um contexto em pleno movimento de transformação, no qual se instituem as atuais formas de educação em ambientes presidiários. As novas características desse contexto vêm colocando outros desafios e perspectivas aos profissionais da educação e criando caminhos cada vez mais cristalinos na realidade a qual os educandos estão inseridos.

CAPÍTULO II- AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NO CRRCAM TEM PROPORCIONADO MUDANÇAS POSSITIVAS PARA OS INTERNOS?

Há muito as instituições de segurança públicas vêm concordando que a repressão e a privação não tem sido a solução para a redução da criminalidade, no imaginário popular cadeia é a escola do crime e muitos dissessem que não há recuperação para esses sujeitos. Será que pode ressocializar esses sujeitos que qualquer que seja o motivo decidiu entrar para vida do crime, alimentando o medo da população e o descrédito em sua melhora?

É fato que os presídios não foram projetados para agregar os sistemas educacionais, a educação entrou nos presídios, como forma de ressocialização, depois que se entendeu que a repressão não tem sido a solução nesse ambiente, tanto que as unidades principalmente dos interiores dos estados são totalmente desprovidas de materiais e estrutura física para a realização de atividades educacionais. Elas acontecem em meio a força de vontade e muita dificuldade.

Neste capítulo, nos aprofundaremos sobre as práticas educativas desenvolvidas atualmente no CRRCAM, e no Sistema Penitenciário do estado do Pará, uma vez que existem projetos sendo desenvolvidos pela SUSIPE mas que ainda não foram desenvolvidos na unidade por alguns fatores que será exposto no decorrer da pesquisa, buscamos apresentar as necessidades e desafios das políticas educacionais nesse ambiente e sua relação direta com a ressocialização dos internos.

Não podemos falar de educação de jovens e Adultos sem falar de Paulo Freire nesse capitulo ele nos acompanha com seus pensamentos provocativo e corajoso, através de suas obras: Pedagogia da Liberdade (1967) e Pedagogia do Oprimido (1996) obras que resgatam de forma atualizada e esperançosa questões que no dia a dia do professor que continuam instigar o debate entre educadores e educandos principalmente no que tange a educação de jovens e adultos. Para tanto, a primeira seção proporciona conhecer um pouco sobre o município da pesquisa, na segunda seção

2.1. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DO ESTUDO

Cantada por muitos historiadores, em prosa e verso, Cametá é uma cidade secular e se destaca mais pela sua história do que por sua economia, é uma das principais cidades históricas do Pará e do Brasil, guardando intactos vários patrimônios e acervos.

A cidade de Cametá está situada à margem esquerda do rio Tocantins na região nordeste do Pará, distante 150 quilômetros de Belém, limita-se ao norte com o município

Limoeiro do Ajuru, ao sul com Mocajuba, ao leste com Igarapé Mirim e ao oeste com Oeiras do Pará. Chega-se à cidade de Cametá fazendo um singular passeio entre o Rio Tocantins e florestas, a viagem é alternada entre barco e ônibus ou somente barco, dura aproximadamente 4 horas. Ou quem preferir ir de carro, via alça viária, é necessário enfrentar, as rodovias Br-316, PA 151 e PA 469, a travessia de balsas, sendo que a última, partindo do porto da comunidade de Carapajó, até a sede Cametá. A cidade também dispõe de um aeroporto, mas que só é disponível para voos fretados. Ainda não existe um serviço regular de transporte aéreo para a localidade.

O município de Cametá, segundo estimativa do censo do IBGE 2018, abriga uma população de aproximadamente 136.390 habitantes com uma extensão territorial de 3.081.367 Km², com 56% dos seus habitantes, concentrados principalmente na zona rural. A “sede municipal apresenta como coordenadas geográficas 02°14’40” de latitude Sul e 49°29’45” de longitude.

Incidindo pela história Cametá tem seu início em 1935 quando Feliciano Coelho de Carvalho ancorou em terra firme da margem esquerda do Tocantins (Cametá-Tapera) e encontrou a tribo dos Camutás. Elevada à categoria de vila com a denominação de Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá; em 24-12-1635. Foi elevada à condição de cidade e sede do município, com a denominação de Cametá, pela lei provincial nº 145, de 24-10-1848. Cametá é um dos mais antigos e tradicionais municípios do Pará, dada sua importância histórica ligada ao contexto nacional, movimentos como a Cabanagem, o Cólera Mórbus, a importância econômica da produção da borracha e a influência política de seus filhos ilustres como: D. Romualdo Coelho- que foi deputado e proclamou a adesão do Pará à independência do Brasil em 1823. D. Romualdo de seixas que foi arcebispo da Bahia e sagou D. Pedro II imperador do Brasil. Ângelo Custódio Correia foi vice presidente da província do Pará, entre outros. Além da importância na história nacional e por causa de seu complexo arquitetônico (Igrejas, monumentos, prédios antigos) Cametá passou a configurar como Patrimônio Histórico Nacional pela Lei nº 7.537 de 16 de setembro de 1986.

A palavra Cametá que deriva da palavra indígena Caamuta significa: “degrau Alta” ou seja, os índios construíam uma espécie de degraus nos galhos de árvore feitos pelos índios para esperar a caça ou para morar.

O município é constituído por ilhas e vilas e em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 9 distritos: Cametá, Areião, Carapajó, Curuçambaba, Joanacoeli, Juaba, Moiraba, Torres do Cupijó e Vila do Carmo de Tocantins. Assim permanecendo em

divisão territorial datada de 2007. E com aproximadamente 90 ilhas, distribuídas ao longo do baixo Tocantins.

O município concentra, dentre no campo da economia, dentre outros: a agricultura, extrativismo, a pesca, serviço público, como as principais atividades, sendo a pesca artesanal a que vem se destacando no município. Demonstra, ainda, uma tendência crescente na evolução do processo de criação, o que possibilita o ingresso de receita a partir da venda de seus subprodutos, tais como, a carne do pescado para alimentação e comercialização.

A produção agrícola do município apresenta como principais produtos: a farinha de mandioca e seus derivados, o milho, arroz, o açaí. A lavoura permanente é constituída pelos produtos como banana, cacau, café, castanha de caju, coco da baía, laranja e pimenta do reino.

O Município de Cametá possui um comércio diversificado e um setor de serviços bem equipado: hotéis, pensões, bares, lanchonetes, boates, hospitais, bancos, livrarias, jornal, academias, supermercados, lojas diversas, entre outros.

Os serviços de saúde básicos estão municipalizados. Segundo IBGE (2007) o município de Cametá dispõe de 34 estabelecimentos de saúde, entre hospitais, centro e postos de saúde, equipes do programa saúde da família.

Existem na rede pública municipal, 208 escolas de ensino fundamental, número de estabelecimentos de ensino médio 13 escolas dados (IBGE, 2017) IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental 3,8 e o IDEB – Anos finais do ensino fundamental 3.2.

O principal meio de transporte da população é a moto, para os que vivem mais próximos da sede do município, mas para as populações rurais, principalmente os ribeirinhos são canoas e barcos motores.

2.2. A INSERÇÃO DA PESQUISADORA NO CRRCAM

O curso de pedagogia proporciona a vivência da relação entre a teoria e a prática comum a todos as licenciaturas, dada através dos estágios obrigatórios, e no 6º período do curso, no ano de 2018 entre as disciplinas do período encontrava-se uma de estágio denominada de pedagogia em ambiente não escolar, então foi neste momento que decidi sobre a área de pesquisa para o projeto de conclusão de curso, e ao propor ao grupo de trabalho o estágio no CRRCAM foram capturados pela vontade de conhecer o funcionamento de ambiente, então partimos para a instituição a fim de pesquisar sobre a atuação do pedagogo nesse ambiente e principalmente já buscar entender como o profissional contribui com o processo de ressocialização dos internos delituosos.

Mas ao chegarmos em equipe na unidade sentimos uma resistência de acesso aos pesquisadores travestidos de burocracias e regras, ou seja, o acesso a pesquisadores ao local ainda é restrita, analisando alguns comentários de funcionários da unidade concluímos que essa resistência se deve pelo cuidado com a integridade física do pesquisador, como pelo resultado da pesquisa, com a exposição da instituição, já que por muito tempo poucos dados referentes ao sistema penitenciário eram compartilhados com a sociedade; mas é importante salientar que a importância da pesquisa para a instituição além de levantar o debate para que seja proposto melhorias, no sentido de não somente identificar os problemas mas também elencar possíveis soluções, a fim de contribuir com a dinâmica da instituição ou solução problemas, não devendo ser vista como ameaça.

Na nossa chegada fomos recebidos pelo agente responsável pelo programa de educação, o qual sem sua disponibilidade esse projeto de pesquisa não seria possível. A todo momento éramos conduzidos e orientados pelo mesmo agente. Nosso principal problema foi descobrir que a unidade não possui pedagogo em seu quadro de técnico e por esse motivo tivesse que reconduzir o estágio para outra instituição, por orientação da professora do estágio.

Mas anterior a Assistente Social se propôs a falar sobre a importância do pedagogo na instituição. Que segundo ela um pedagogo seria muito útil aqui na unidade porque desenvolvo meus atendimentos e ajudo no que posso, mas o pedagogo é capacitado para tal função ele ajudaria os professores com estratégias, e contribuiria muitos com a evolução dos projetos educacionais na unidade. Além da conversa informal com a Assistente social foram coletados dados da estrutura organizacional da instituição, sobre o comando de Diretor, cargo este que é de livre nomeação, um chefe de segurança, uma assistente social, duas técnicas de enfermagem, três agentes administrativos e 22 agentes penitenciário distribuídos em 3 equipes plantonistas.

No início do ano de 2019, retomei o contato com a unidade a fim de acompanhar e observar as atividades educativas, mas somente tive acesso após a troca da direção e no mês de maio, durante uma semana de observação e entrevista com os sujeitos envolvidos pude coletar dados para conclusão da pesquisa.

Importante destacar que durante o processo de pesquisa muito pode acontecer e no meu caso houve alguns problemas com o professor pedagogo que lecionava no turno da manhã, culminado com sua substituição, esse processo de substituição demandou um período de tempo o que impossibilitou a observação das práticas desse profissional, mas o professor

substituto mesmo com pouca experiência na área mais de muito conhecimento se propôs a contribuir com a pesquisa

As unidades prisionais do estado carecem obrigatoriamente ter o pedagogo em seu quadro funcional, uma vez que os profissionais da SUSIPE não conseguem acompanhar e resolver os problemas que surgem no dia a dia da instituição inerentes a educação. E por vezes a Secretaria de educação falha na execução de seus deveres. Então, cabe a quem exigir das entidades suas obrigações? Por isso, as unidades que não possuem este profissional lotado em sua instituição ficam com o sistema educacional comprometido.

2.3-EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO DA PESQUISADORA

Durante a realização da pesquisa e observação em sala de aula, desde o primeiro contato com os alunos fui bem recebida por eles e igualmente pelos professores que se disponibilizaram a me ajudar durante o processo de pesquisa.

No primeiro dia de Observação 13 de maio o professor historiador; trabalhava uma aula de história, trabalhando a temática: Abolição da escravidão, através de um texto com o título: os povos indígenas no início da colonização, utilizando o livro didático, o professor utilizava o quadro para que os alunos pudessem copiar o texto e assim exercitar a escrita das palavras, aqui ressalto a importância deste processo de escrita por parte dos alunos uma vez que é notável que os alunos pronunciam incorretamente as palavras, assim como escrevem. Na medida em que o professor escrevia, realizava junto com os alunos a leitura do texto e em seguida interagia com os alunos fazendo a explicação e relacionado com o dia a dia, por exemplo, após o professor explicar o processo de colonização dos índios e sua escravidão, perguntou aos alunos o que se eles tinham estudado o assunto, ou queriam comentar sobre ou se atualmente ainda existe escravidão. Também através da resposta dos alunos buscou debater o combate a escravidão e uma delas é através dos estudos.

Outra aula observada, do mesmo professor de História, mas que naquele dia trabalhava a disciplina de geografia. Na mesma dinâmica, o professor utilizou o livro de didático e a lousa para trabalhar com os alunos, através do diálogo e troca de conhecimento. Percebe-se que os alunos gostam de escrever e dialogar com os professores, numa relação de respeito, mas o professor tem sempre que controlar a empolgação deles.

Outra aula observada foi da disciplina de português nessa aula era uma continuação de uma aula anterior, a professora levou duas atividades impressas para os alunos. Primeiramente ela fez uma revisão do assunto com os internos sempre interagido com eles de maneira leve e

despojada, depois entregou a atividade para cada aluno, por vezes ela pede para o mesmo levantar e pegar as atividades. A professora segue auxiliando os alunos e no fim corrige no quadro as atividades.

Para finalizar minha participação nas atividades da pesquisa fui convidada pela professora de português que também ministra a disciplina arte para desenvolver uma dinâmica no dia 13.06, pois ela iria trabalhar alguns escritores com os alunos e através dos poemas eles iriam criar um cartão para suas companheiras simbolizando o dia dos namorados. Para a confecção do Cartão, foi confeccionado corações em papel Carmim vermelho e azul, a professora selecionou e imprimiu poemas de alguns autores como: Fernando Pessoa, Cora Coralina, Cecília Meireles, Vinicius de Moraes. Em um momento a professora fez referência a data em questão dia 13 de junho perguntando o que se comemorava nessa data, responderam que era o dia dos namorados, assim a professora explicou que eles iriam preparar um cartão para dar a suas respectivas companheiras. Ela leu cada poema e fazendo referência ao autor comentava cada. Após pediu para cada um pegar um coração e pregar com cola branca o poema em um lado e escrever algo de sua preferência em outra parte.

O momento da dinâmica (em apêndice) foi no início da aula para o objetivo era que no final da dinâmica seja repassado a mensagem de que somos seres humanos e por isso temos defeitos e qualidades e que eles possam voltar-se mais para suas qualidades, buscando trabalhar questões relacionadas à autoestima e cidadania. Haja vista que um dos grandes desafios do professor é despertar no aluno o interesse pelo estudo e que ele possa acreditar que através do estudo ele pode mudar de vida.

As impressões da dinâmica para iniciar a dinâmica desejei boa tarde a todos perguntei como eles estavam naquele momento e comecei a explicar que eu tinha preparado uma dinâmica e que queria a colaboração de todos se possível, no primeiro momento achei que eles não iriam participar. Todos participaram da dinâmica, mesmo os que no início não demonstraram interesse, durante a dinâmica, houve dificuldade na leitura das qualidades, detectando-se a necessidade de se trabalhar o reforço na leitura. Também houve uma expectativa em ganhar o presente e isso contribuiu com humor durante a dinâmica. Um fato que chamou atenção foi durante a leitura durante a leitura das qualidades que a maioria foi feita por mim e pela professora e percebi que eles prestavam atenção na leitura e no conteúdo da mensagem. E por fim quando descobriram que teriam que dividir o presente ficaram felizes. Para avaliar a dinâmica perguntei a eles se tinham gostado, em resposta disseram que sim e

perguntaram quem tinha feito, respondi que escolhi especialmente para eles, então um aluno disse que eu poderia levar mais dinâmicas assim para lá.

Então quando se volta as didáticas em ambientes penitenciários, não significa que será absolutamente aulas com dinâmicas, com tecnologias, com bombons, com a utilização do lúdico, o que importa é o professor saber que eles dispõem de muitos materiais e recursos para usar em sala de aula em alguns momentos, mas principalmente que aconteça a aprendizagem, ou seja que o processo ensino-aprendizagem seja contemplado dentro ambiente que há tempo vem se debatendo mas que a prática é muito recente e que as experiências desses professores que estão diariamente em sala com esses reeducandos, necessitam de apoio técnico, pedagógico e material para suprir suas necessidades e melhorar o ensino nesse ambiente.

Em conversa informal com os professores, foi afirmado que há uma certa dificuldade por parte do professor aceitar desafio da docência da educação carcerária, o maior motivo é o medo. Inevitavelmente ensinar exige risco, aceitação do novo e a discriminação. Pois Freire (1996) já diz “ a prática preconceituosa, nega radicalmente a democracia”, todo e qualquer professor que se desafie a trabalhar na docência em unidades prisionais deve antes de tudo se despir de todo conceito acerca do sistema e principalmente dos presos, considerando que são sujeitos, que pensam, sonham, sentem e que por algum motivo estão sendo julgados e acertado as contas com a justiça.

2.4. PROJETOS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDOS NO CRRCAM

Segundo a revista SUSIPE em números, dados de 2018, no estado do Pará existem atualmente 47 unidades prisionais destas 33 unidades contam com espaço físico, ou seja, sala de aula para as atividades educacionais. Na maioria das unidades uma única sala é utilizada para o desenvolvimento de vários projetos, por falta de espaço, como é o caso da unidade de Cametá. Mas antes de conhecer os projetos que o CRRCAM vem desenvolvendo com os internos e os demais projetos que a SUSIPE aplica, é importante entender como funciona a remissão de pena e sua relação com a ressocialização. Para isso, elaborei uma tabela para esclarecer: É possível remir parte da pena o preso privado de liberdade que na condição de julgado é permitido esse direito através do estudo e trabalho.

Quadro 1: REMISSÃO DE PENA

REMISSÃO DE PENA	PELO ESTUDO	AÇÕES	PELO TRABALHO	AÇÕES
			TRABALHO	
			AÇÕES	

lei nº 12.433, de 2011. art. 126. o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.	I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;	Atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional	II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.	serviço de capina em escolas, reparos eletrônicos, pinturas, palestras sobre história de vida relacionadas à violência. artesanato com material reciclável.
---	---	--	---	---

Fonte: www.susipe.pa.org.br

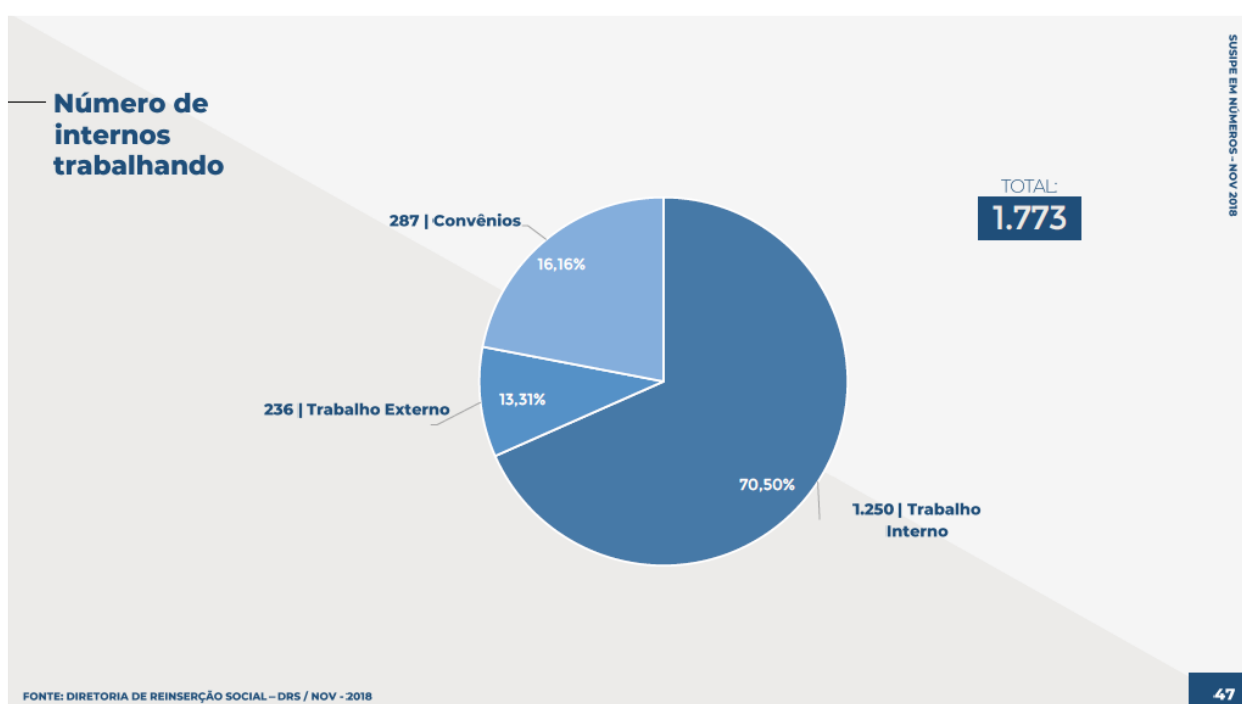
Mas para que esses presos privados de liberdade possam remir parte de suas penas, o sistema penitenciário deve fornecer uma estrutura para isso, além de profissionais que viabilizem deve-se contar com estrutura física e material adequados para que cada vez mais o número de interno atendido seja maior para que os resultados sejam mais positivos. Posto isso, podemos fazer uma análise do quadro sobre a escolaridade dos internos custodiados pela SUSIPE, através dos dados fornecidos pelo INFORPEN e publicados pela revista SUSIPE EM NÚMEROS referente ao mês de novembro de 2018, onde a população carcerária do estado chegava a 19.289 presos.

Quadro 2: Escolaridade dos presos do estado do Pará

ESCOLARIDADE	QUANT.	%
Fundamental incompleto	9.847	51,05%,
Fundamental Completo	2.315	12,00%
Analfabetos	910	4,72%
Alfabetizados	1.489	7,72%
Ensino médio incompleto	1.846	9,57%
Ensino médio completo	2.310	11,98%
Superior completo	63	0,33%
Superior incompleto	94	0,49%
Acima do Superior	118	0,61%
Não informado	297	1,54%

Quando olhamos para a questão do trabalho nas unidades é ainda menor, a dificuldade está na falta de estrutura das unidades do interior, resolvido esse problema o número de internos atendidos nesses programas saltaria significativamente. Vejamos o quantitativo que internos trabalhando, segundo a Diretoria de Reinserção Social, dados de novembro de 2018, considerando um total de 19.289 apenas 1.773 desses 1.250 realizam trabalhos internos nas unidades. 236 realizam trabalhos externos, em escolas, como capina, pintura, pequenos reparos de instalações e 287 trabalham através de convênios firmados com fabricas, cooperativas, onde os internos trabalham em montagem, confecções.

FIGURA 5: Números de internos da SUSIPE que estão trabalhando



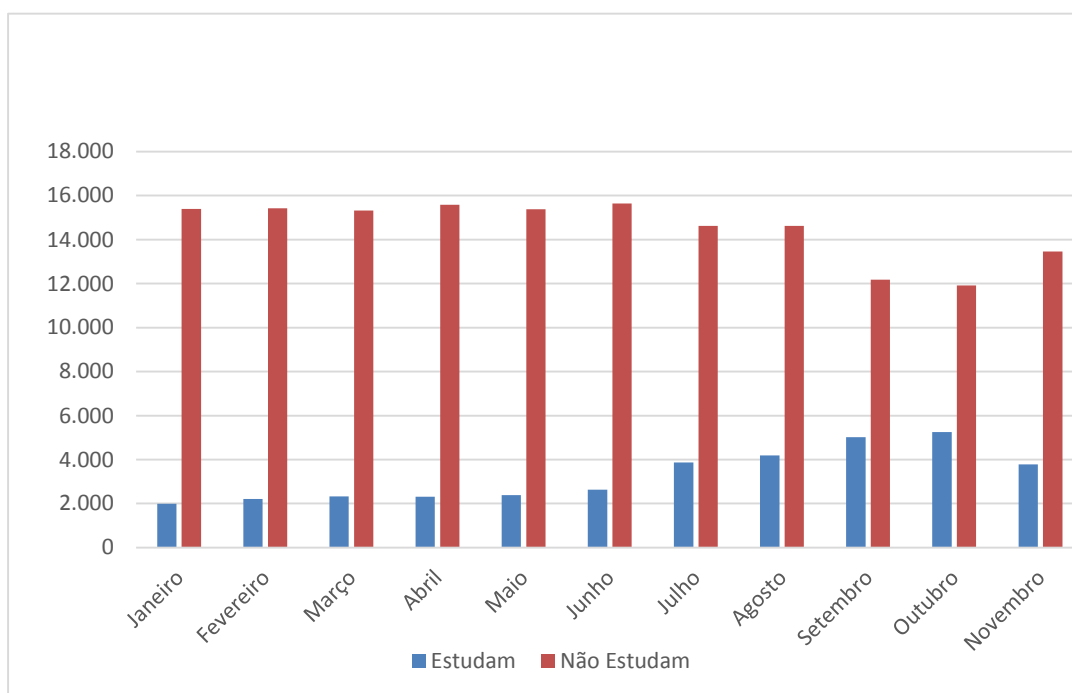
Fonte: : www.susipe.pa.org.br

Observamos que a população carcerária do estado do Pará é predominantemente não escolarizada e estão incluídos na linha da pobreza, pois são atendidos pelos projetos sociais do governo. E que o número que internos que trabalham é pouco expressiva quando em se tratando de ressocialização, entende-se que ao assistir esse interno com ações de trabalho e a educação, o indivíduo terá a chance de reinserir-se na sociedade, de seguir regras que o possibilite conviver de maneira harmoniosa e humana, minimizando e/ou eliminando sentimentos negativos que os faça reincidir a prática criminosa, promovendo assim, uma melhor situação quando for liberto. Acredita-se.

É importante ainda conhecer como essa inserção dos internos nos programas de remissão vem evoluindo. Assim podemos observar abaixo um gráfico que mostrar a evolução

da inserção de presos sentenciados, nos regimes fechado e semi-aberto, nas ações de educação dentro dos estabelecimentos penais do estado do Pará, Segundo a revista SUSIPE EM NÚMEROS nas edições mensais de janeiro a novembro de 2018 que nos possibilitou essa análise. Faz-se necessário observar que a população carcerária oscila constantemente uma vez que há uma constante movimentação da entrada e saída de internos.

GRÁFICO 2: Evolução da população Carcerária em atividade educacional no estado do Pará em 2018



Fonte: SUSIPE/PA INFORPEN www.susipe.pa.br

A inserção da população carcerária em atividades educacionais anda a passos curtos em novembro de 2018 chega a 3.776. No decorrer dos meses de 2018 houve uma progressiva inserção mais em novembro do mesmo ano houve um retrocesso nos números, os relatórios não divulgam a causa, mas em se tratando do ambiente em questão podemos considerar a rotatividade dos sujeitos, a progressão de regime, saída temporárias.

Janeiro	1.986
Fevereiro	2.212
Março	2.321
Abril	2.311
Maio	2.380
Junho	2.639
Julho	3.871

Agosto	4.196
Setembro	5.021
Outubro	5.248
Novembro	3.776

Após a exposição de dados, podemos conhecer os projetos que atualmente vem sendo desenvolvidos pelo Centro de recuperação Regional de Cameté-CRRCAM voltados a educação e trabalho:

✚ **Conquistando a Liberdade:** que objetiva reinserir socialmente o preso através do viés da educação, consciência ambiental e ciclo de palestras junto à comunidade escolar, além de serviços de reparos de escolas e logradouros públicos. O evento é realizado de forma voluntaria, uma vez por mês. Parceria com as escolas municipais Onde é selecionado através perfil internos que fazem trabalhos de capina, pintura, e palestras nas escolas

✚ **Educação Formal:** Funciona na modalidade EJA iniciou em 2014 com duas turmas, uma pela manhã que corresponde a 2ª etapa e uma a tarde que corresponde a 3ª etapa, além de dar prosseguimento aos estudos os internos também fazem a remissão de pena para cada três dias estudados remis um dia de pena. Os alunos são regulamente matriculados na rede municipal, a qual é responsável pela certificação.

✚ **Arca da Leitura (Bibliotecas Móveis):** objetiva viabilizar o acesso à leitura dentro do bloco carcerário alcançando toda a população que ali se encontra. Um interno é responsável pelo controle dos livros.

✚ **Brinquedoteca: a organização e elaboração adas atividades desenvolvidas na brinquedoteca está na responsabilidade da** Assistente Social em conjunto com agente penitenciário. Sem dúvida, a importância do pedagogo para atuar junto com a assistente social dentro desse ambiente que cumpre uma função importante dentro do sistema penitenciário, ou seja, é o único espaço onde os privados de liberdade dividem com seus familiares, seus filhos, netos, sobrinhos, e trabalhar o resgate dos valores familiar também é importante para o processo de ressocialização e também é de garantir um ambiente agradável que esqueça um pouco a realidade insalubre das penitenciárias e disponha de meios que convide as crianças a interagir com seus familiares, sem coloca-las a qualquer constrangimento ou situações que sejam inadequadas a elas, bem como garantir um momento de contato com o lúdico.

Esse é um espaço que precisa ser fortalecimento e levado a sério dentro do ambiente carcerário, pois é faz parte das ações que visam a ressocialização dos internos e a estrutura familiar conta muito nesse momento, não deve ser apenas proposto um ambiente com brinquedos e jogos, mas sim deve haver planejamento, organização entre os profissionais da

unidade: Pedagogo, Assistente sociais, Psicólogo, onde poderá ser detectado qual ações de fortalecimento desses laços afetivos principalmente entre pai e filho, entre o interno e seu conjugue e que seja mais um véis do trabalho da ressocialização pela afetividade.

A brinquedoteca em ambientes prisionais é um fato “recente” no sentido de que a pouco tempo passou a se conceber a ideia para além de um ambiente agradável para a visita das crianças em presídios, mas que contasse com recursos, jogos, brincadeiras que envolvesse pais e filhos em um encontro pedagógico. Segundo CUNHA (2007) " as Brinquedoteca buscam atender as necessidades lúdicas e afetivas das crianças, ou seja nesse espaço eles encontram um lugar prazeroso e que proporciona uma sensação de proteção. "

Santos (2000) também contribuir afirmando que "a Brinquedoteca é uma instituição que nasceu especialmente para a valorização da atividade lúdica. " Cabe ao pedagogo selecionar os recursos a ser trabalhados na Brinquedoteca. Após colher algumas informações como idade da criança e o objetivo que se queira atingir cognitivo, motor, por exemplo. Pode disponibilizar jogos, brinquedos, brincadeiras que alcancem tais objetivos. Nesse espaço deve-se garantir um ambiente agradável, que esqueça um pouco a realidade insalubre das penitenciárias e disponha de meios que convide as crianças a interagir com seus familiares, sem coloca-las a qualquer constrangimento ou situações que sejam inadequadas a elas.

Sendo também necessário recursos pedagógicos lúdicos e tecnológicos, som, tv, Datashow, jogos, brincadeiras o mínimo de estrutura para que se possa trabalhar projetos em datas comemorativas, como dia das mães, dos pais, das crianças. Além de que o pedagogo deverá identificar a função de cada brinquedo ou jogo, ou seja a sua finalidade.

Para Campagne (1989, p. 113) os critérios para uma adequada escolha de brinquedos, de modo a garantir a essência do jogo são:

- 1 Valor lúdico: avaliar se os objetos possuem as qualidades que estimulam o aparecimento da ação lúdica.
- 2 Valor Experimental: Permitir a exploração e a manipulação
- 3 Valor estruturação: dar suporte à construção da personalidade infantil.
- 4 Valor da relação: Colocar a criança em contato com seus pares e adultos, com objetos e com o ambiente em geral para propiciar o estabelecimento de relações.

Educação formal

Ofertada por meio da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Região Metropolitana de Belém (RMB) e no interior do Estado, a educação formal é ofertada em parceria com a Secretaria de Educação do Estado (Seduc), e em alguns municípios está

sendo ofertada em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, por meio de Termo de Cooperação Técnica.

✚ **Instituto Brasileiro de Educação e Meio Ambiente (Tempo de Ler):** Objetiva a oferta da educação de alfabetização, visando erradicar o analfabetismo em estabelecimentos prisionais;

✚ **Brasil Alfabetizado:** objetiva contribuir para universalização do Ensino Fundamental, promovendo apoio às ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos no Sistema Penitenciário;

✚ **Leitura Que Liberta (Remição Pela Leitura):** tem o objetivo de desenvolver nos (as) leitores (as) as potencialidades de leitura, interpretação e produção escrita;

✚ **Arca Da Leitura (Bibliotecas Móveis):** objetiva viabilizar o acesso à leitura dentro do bloco carcerário alcançando toda a população que ali se encontra.

✚ **EDUCAÇÃO INFORMAL / PROFISSIONALIZANTE**

Desenvolvida por meio de parcerias com instituições governamentais e não governamentais coordenadas pela Gerência de Ensino Profissionalizante – GEP/CEP.

Os Projetos são desenvolvidos com as seguintes parcerias:

- Parcerias com o sistema 'S'(SENAR, SEBRAE, SESI, SESC, SENAC, entre outras):
Cursos de iniciação profissional

- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC: cursos profissionalizantes em parceria como o Ministério da Educação e Ministério da Justiça;

- Programa de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes (PROCAP): cursos profissionalizantes em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e Ministério da Justiça;

- Direitos Humanos em Cena no Sistema Prisional: visa sensibilizar a comunidade carcerária das Unidades Prisionais localizadas na Região Metropolitana de Belém para o reconhecimento e fortalecimento de ações preventivas acerca dos temas: Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Violência Intrafamiliar, Diversidade de Gênero e Sexualidade, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas;

- Prática desportiva do jogo de xadrez: objetiva potencializar ações esportiva, por meio de aplicação de oficinas de jogos de xadrez com vistas à remição da pena.

CAPITULO III: AS IMPRENSÕES DOS SUJEITOS FACE AO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Neste capítulo conheceremos um pouco sobre os sujeitos dessa ação, os ditos e os interditos, tanto os alunos quanto os professores, o que pensam e esperam, do processo educativo que vem ocorrendo no CRRCAM, afinal tanto os alunos quanto os professores são os responsáveis por essa educação acontecer e mesmo com pouca estrutura, sabemos que o professor faz o possível para atingir seus objetivos de ensino-aprendizagem.

No que tange o debate da ressocialização de sujeitos com pena privativa de liberdade é importante entender o papel da educação, não apenas como requisito de remissão de pena, ou apenas a elevação da escolaridade, ou nem como o conteúdo pelo conteúdo, ou seja, é importante entender que a educação nos presídios tem a função de contribuir na formação cidadã e crítica desses sujeitos.

A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola”, autoritária por estrutura e tradição. Busca-se no círculo de cultura, peça fundamental no movimento de educação popular. (Freire, 1967 p.4)

A possibilidade de ressocialização perpassa primeiramente pela educação, se seus agentes não entenderem a fundamental importância da educação em ambientes de privação de liberdade e não unirem esforços para sua eficácia, será mero verbalismo.

O Método Paulo Freire versa em uma proposta para a alfabetização de jovens e adultos desenvolvida pelo próprio educador, o método nasceu em 1962 quando Freire era diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife. Mostrou como alfabetizou 300 cortadores de cana em apenas 45 dias, Freire criticava o sistema tradicional, o qual utilizava a cartilha como ferramenta central da didática para ensiná-lo da leitura e da escrita.

O método de Paulo Freire é composto por três etapas, a primeira é a etapa de Investigação: onde se busca as palavras e mais significativas da vida dos alunos, dentro de seu universo vocabular e da comunidade onde ele vive. A segunda etapa consiste na Tematização: momento da tomada de consciência do mundo, através da análise dos significados sociais dos temas e palavras e não apenas as palavras para aprender a ler e escrever, mas a conscientização. A terceira etapa é de Problematização: etapa em que o professor desafia e inspira o aluno a superar a visão mágica e acrítica do mundo, para uma postura conscientizada e crítica.

Freire defendia o máximo de interferência do povo no curso, o levantamento das palavras do vocabulário popular visando selecionar algumas palavras básicas em termos de sua frequência e relevância cultural, carregadas de experiência vividas a partir delas o alfabetizando irá descobrir as sílabas, as letras e as dificuldades silábicas específicas de seu idioma, além de que servirão de material inicial para descoberta de novas palavras. São as palavras geradoras.

Este capítulo está dividido em três seção onde a primeira iremos explorar os falas, impressões e interditos dos educandos e na segunda seção iremos compartilhar um pouco da pratica dos professores, sem deixar de lado suas perspectivas quanto ao projeto e finalizando o capítulo vamos discutir qual o rumo que a educação prisional vem caminhando. Com o objetivo de remissão de pena? Elevação da escolaridade? Ou para ressocialização?

3.1 Os internos e o desafio do retorno a sala de aula

Um dos métodos utilizados para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, a fim de que se possa conhecer mais um pouco sobre os sujeitos tanto alunos como os docentes nesse ambiente de educação não formal. Por isso, analisamos com atenção as respostas dos entrevistados, foram totalizados 11 alunos entrevistado. Os sujeitos entrevistados serão identificados com o código de A a K. A metodologia utilizada tanto com os alunos foi primeiramente de explicar o propósito e relevância do questionário para a pesquisa e após solicitar colaboração e autorização para o referido questionário, foi fornecido uma cópia a cada aluno a fim de que se sentissem a vontade para responder as perguntas subjetivas.

Quando perguntado aos entrevistados sobre sua Idade. Responderão que:

Código de identificação dos internos	Idade declarada
A	29
B	26
C	38
D	42
E	29
F	22
G	21
H	25
I	29
J	47
K	38

Fonte: pesquisadora

Conhecendo um pouco mais sobre os sujeitos, a idade varia entre 21 a 64 anos, nesse caso, temos uma sala com sujeitos que possuem idades distintas, diferentes experiências e

conhecimento o que faz com que a turma seja heterogênea no que tange a aprendizagem, sendo composta por alunos mais avançados nos estudos, outros com dificuldades de leitura e escrita, ou seja, é uma turma com diferentes níveis de aprendizagem, muitos deles da 3ª etapa possuem extrema dificuldade de leitura somando a dificuldades ortográficas.

Outro aspecto a ser levantado é quanto a profissão dos mesmos. Considerando que o sistema adota o trabalho para remir parte da pena desses internos é necessário o conhecimento de suas habilidades para que seja rudimentada, pois como contribui Dr. Roberto da Silva “Os internos não precisam aprender novas profissões, eles precisam instrumentalizar, capacitar os conhecimentos científicos da profissão que eles já exercem”. Considerando a importância das informações levantadas sobre os aqui ALUNOS para o professor dinamizar suas aulas e escolher metodologias que possam contribuir com o aprendizado dos alunos.

Os entrevistados declararam suas profissões, como:

Código de identificação dos internos	Profissão declarada
A	<i>Pescador</i>
B	<i>Pintor</i>
C	<i>Lavrador</i>
D	<i>Pescador</i>
E	<i>Ajudante de pedreiro</i>
F	<i>Feirante</i>
G	<i>Estudante</i>
H	<i>Lavrador</i>
I	<i>Montador</i>
J	<i>Pedreiro</i>
K	<i>Pedreiro</i>

Fonte: pesquisadora

É a partir dessas informações que a unidade deve buscar cursos e formações voltadas para as áreas citadas. O processo educativo deve ser acompanhado do processo de profissionalização.

Todos os entrevistados têm filhos, o que acaba sendo um dos motivos para querer mudar de vida através dos estudos.

Referente ao tempo em que estão participando das aulas, considerando que o processo educativo já ocorre desde 2014 há uma variação, hoje dos onze entrevistado apenas dois estão há 2 anos frequentando as aulas e 1 com 1 ano e 5 meses, os demais iniciaram este ano, há 4 meses e 3 meses.

Código de identificação dos internos	Tempo que estuda no CRRCAM
A	<i>2 anos</i>

B	<i>3 meses</i>
C	<i>4 meses</i>
D	<i>2 anos</i>
E	<i>4 meses</i>
F	<i>4 meses</i>
G	<i>4 meses</i>
H	<i>3 meses</i>
I	<i>4 meses</i>
J	<i>3 meses</i>
K	<i>1 ano e 5 meses</i>

Mas, principalmente, o que levou estes sujeitos a retomada dos estudos, é fato que a remissão de pena é um atrativo para presos com sentença considerada “grande”, para além da redução da pena; a educação é sem dúvida um caminho para a mudança de vida para aqueles que acreditam que sua vida não tem mais jeito.

Quando perguntado porque decidiram retomar os estudos, as respostas que obtive foi:

Código de identificação dos internos	Resposta
A	<i>“Por conhecimento”</i>
B	<i>“Para aprender e mudar de vida”</i>
C	<i>“Melhor coisa é a educação”</i>
D	<i>“Terminar os estudos”</i>
E	<i>“Exercitar a mente”</i>
F	<i>“Aprender e reduzir a pena”</i>
G	<i>“Gosto de estudar e pra reduzir pena”</i>
H	<i>“Interesse, pois fiquei muito tempo parado.”</i>
I	<i>“Sempre gostou de estudar é uma oportunidade”</i>
J	<i>“Aumentar conhecimento.”</i>
K	<i>“Sair da rotina da cela.”</i>

Buscando entender o que os motiva a estudar, lembramos que para que haja um eficaz processo de ensino e aprendizagem é necessário entre outras coisas que exista o comprometimento tanto do professor quanto do aluno, pois ambos aprendem, pois como Freire (1996 p. 59) defende “Não posso ser professor sem me por diante dos alunos, sem revelar minha maneira de ser e de pensar, pois ensinar exige comprometimento. Deve-se então buscar a aproximação entre o que digo e o que faço, entre o que eu aparento ser e o que de fato sou.” Em se tratando do público é impossível escapar da apreciação dos alunos, e

como ainda reforça Freire e a maneira como eles percebem o professor tem importância capital para o desempenho

Quando perguntado, sobre as suas expectativas quanto ao retorno a sociedade, e em que as aulas iriam ajuda-los? Responderam que:

Código de identificação dos internos	Resposta
A	“Continuar os estudos”
B	“ <i>Estudar e trabalhar</i> ”
C	“ <i>Uma vida e futuro melhor</i> ”
D	“ <i>estudar lá fora e mudar de vida, quem sabe cursar uma universidade.</i> ”
E	“ <i>Arrumar um emprego e ajudar a família</i> ”
F	“ <i>Ajudar no aprendizado</i> ”
G	“ <i>Fazer faculdade e cuidar da família</i> ”
H	“ <i>Ser uma pessoa melhor, cuidar da família e trabalhar</i> ”
I	“ <i>Melhorar como pessoa e profissional</i> ”
J	“ <i>Ajudarão no meu conhecimento lá fora.</i> ”
K	“ <i>Melhores possíveis.</i> ”

Aqui é inevitável não relacionar com as palavras de Paulo Freire (1996, p.61) quando defende que em nenhum momento se pode duvidar que a educação é uma forma de intervenção no mundo que vai além do conhecimento dos conteúdos. A educação nunca foi e não é neutra. A educação deve ser uma pratica de luta diária contra os interesses dominantes, os de mercado, deve ir além, deve envolver o saber técnico e científico indispensáveis, mas precisamos ser capazes de observar, com observar, comparar, avaliar, intervir, romper e decidir adjetivos que fazem seres éticos.

Para freire a educação é um caminho para a libertação do homem, que só pode ser alcançada através de uma educação crítica para além, de possibilitar a reinserção dos sujeitos na sociedade, garantindo a sua cidadania e a melhoria de sua realidade de vida.

Para Freire (1996) ensinar exige criticidade e apreensão da realidade. A criticidade provém de uma curiosidade indagadora que se dá através de uma pratica educativa progressista e a apreensão da realidade é a capacidade de aprender com o fim de transformar a realidade, para nela poder intervir, recriando-a. Assim, poderá possibilitar a reinserção dos sujeitos na sociedade, garantindo a sua cidadania e a melhoria de sua realidade, se possível caminhando com a qualificação para o mercado de trabalho.

Com relação as aulas, quando perguntado quais as atividades que mais gostam de participar e sobre sua maior dificuldade durante as aulas, obtivemos como resposta:

Código de identificação dos	Atividade que mais gosta de	Maior dificuldades
-----------------------------	-----------------------------	--------------------

internos	participar?	durante as aulas?
A	“arte e artesanato”	“matemática”
B	“Artesanato e pintura”	“Física”
C	“História”	“Matemática”
D	“educação física que não tem”	“Artesanato”
E	“Português e Matemática”	“Espanhol”
F	“Espanhol, português”	“Ler”
G	“Artesanato e meditar na palavra de Deus”	“preguiça”
H	“Todas”	Falta de materiais
I	“Artesanato”	-
J	“Geografia”	“Dificuldade na visão”
K	“debate do assunto”	“Nível de aprendizagem”

3.2 A docência no espaço carcerário: uma ação desafiadora

O sistema Penitenciário já é complexo por si só, agora mais ainda quando une-se a educação nesse ambiente de pessoas consideradas inaptas a viver em sociedade. É necessário entender algumas questões necessárias à prática docente em ambientes prisionais que perpassa desde a vestimenta, postura, prática pedagógica, avaliação e não menos importante os desafios a serem enfrentados pelo professor.

Para tanto início este tópico com o relato de experiência da professora de Língua portuguesa denominada pelo código de **Professora A**, que atua na unidade há 3 anos: *“Minha experiência profissional na SUSIPE é desafiadora; tanto no sentido profissional, quanto para o pessoal. Antes de tudo temos que quebrar a barreira do preconceito e do medo para iniciar os trabalhos e depois produzir planos de aulas diferenciados voltados para a ressocialização, pois esta é um dos principais objetivos do EJA na susipe, proporcionar ao encarcerado a conclusão de seus estudos básicos para a sua retomada à sociedade como forma de incentivo ao trabalho. As dificuldades encontradas em sala de aula são as mesmas de uma escola comum falta de materiais didáticos e no caso de lá a dificuldade da entrada de equipamentos que nos auxiliariam nas aulas por questão de segurança. Os desafios e expectativas também são os mesmos de uma escola “normal” fazer com que esse aluno aprenda, entenda que ele pode ter um futuro diferente, e que ao sair de lá ele possa se reintegrar na sociedade e fazer parte dela da melhor forma possível.”*

A professora em um quadro geral logo nos apresenta como vem se moldando a educação em ambientes prisionais, algumas barreiras dificultam que o processo educacional avance, como a incredulidade dos agentes prisionais no projeto, falta de vontade política e de

apoio pedagógico e estrutural. Acredito que o professor que assume este desafio da docência em ambientes prisionais deve-se antes de tudo se despir de preconceitos como afirma a professora e ter a consciência dos desafios a serem combatidos e vencidos. E, assim fazer com que os envolvidos e principalmente educando tenha consciência da importância da educação para a mudança de vida.

Pois bem contribui freire: “a docência exige a convicção de que a mudança é possível.” Se não em que acreditar? Por que ensinar? É preciso resistir, acreditar e lutar, os mesmos meios de comunicação que divulgam rebeliões, assaltos, homicídios, são os mesmo que produzem reportagem dos projetos voltados a educação e trabalho que deram certo dentro das penitenciarias no Brasil. É possível sim, uma vez que o conhecimento nos permite intervir na realidade (Freire1996, p.46). Suscitar a esperança de que a educação é sem vias dúvida um caminho, uma solução para a violência, para a reestruturação familiar, para a reinserção de presos na sociedade,

Em sua prática profissional, o educador deve assumir uma base teórica que lhe permita identificar sua atuação e entender claramente o caminho a percorrer, através dos métodos adotados até chegar ao lugar desejado, ou seja, que tipo de educação se deseja? A educação de jovens e adultos tem suas concepções pautada na pedagogia progressista libertadora, referenciada em Paulo Freire em quanto proposta para a efetivação de uma educação como política pública.

A concepção da educação no âmbito do sistema penitenciário do Pará, fundamenta-se na teoria freireana. A proposta curricular de Educação no sistema penitenciário é emancipatória e revolucionária por proporcionar aos alunos o aprendizado materializado na leitura do mundo, por compreender a dicotomia entre teoria e prática, saber científico e saber popular. Plano Estadual Educação Pará, 2015)

Nesse sentido na perspectiva pedagógica, poderá contribuir significativamente para a prática educativa vislumbrada nesses espaços, uma vez que traz subsídios importantes de potencial transformador de um trabalho voltado para a formação humana e para a concretude de ações educativas que perpassam os muros do CRRCAM. As experiências de aprendizagem vivenciadas pelos detentos, poderão enriquecer o arcabouço teórico-prático de ensino, não apenas no percurso educativo que culminará posteriormente na sua atuação profissional, mas ao longo da vida como um sujeito que estará sempre aberto às inovações e as novas possibilidades de ensinar e aprender.

Além das observações, foi realizada entrevistas com dois professores que concordaram em responder o questionário (integra em apêndice). A fim de buscar responder as indagações da pesquisa, na ordem será a primeira entrevista do **Professor A** disciplina (Língua

portuguesa, artes, espanhol), a segunda do docente **Professor B** disciplina (História) e o Terceiro, docente **professor C**, pedagogo, que por assumir a turma no fim do primeiro semestre não pude acompanhá-lo em sala mais concordou em ser entrevistado, o qual contribuiu significativamente para esta pesquisa.

A partir das falas dos docentes buscamos traçar um quadro com as principais dificuldades encontradas pelos professores:

Quadro 3: Principais dificuldades segundo professores e alunos

PRINCIPAIS DIFICULDADES	RESPONSÁVEL	MOTIVADORES
Material escolar	SEMED	A reposição de lápis é quase que diária/ A lousa está bastante danificada
Estrutura das salas	SUSIPE	Pintura, suporte tecnológicos.
Apoio pedagógico	SEMED	O Coordenador que foi cedido pela SEMED não comparece a unidade
Tempo de aula	SUSIPE	Quatro horas aula/dia. A retirada e processo de segurança dos alunos acabam diminuindo o tempo de aula
Interesse dos alunos	ALUNOS	A turma possui níveis de idades e aprendizagem muito diferente
Falta de uma articulação pedagógica	SUSIPE/SEMED	Não existe Projeto Político Pedagógico/ e os professores que decidem o currículo
Falta de informações	SUSIPE	O professor precisa conhecer o aluno, assim é necessário que a susipe repasse informações do mesmo educandos.

Podemos perceber que ainda são muitos os desafios da educação em ambientes privados de liberdade bem como no que se refere a atuação do pedagogo em ambiente de privação de liberdade, seja quando estiver como pedagogo da instituição, seja como coordenador pedagógico, seja como docente. Por vezes a dificuldade está nas pessoas que não acreditam no poder da educação e dificultam o trabalho. Como avalia o **Professor B** :“Os desafios encontrados são referentes à valorização da educação e do profissional que está

atuando na unidade, pois encontramos algumas resistências dos profissionais da unidade em entender que a educação penitenciária é um direito garantido por Lei e que estamos lá com a finalidade de ajuda-los na ressocialização, visto que a impressão que temos é que a única finalidade do sistema presidiário é somente punir e não educar o cidadão.”

Assim, na abordagem social constitui um debate impulsionador das ações ligadas ao processo educativo, sobretudo nas dimensões, educacionais, psicológicas, sociais e culturais que estão associadas às particularidades existentes no CRRCAM, que busca através de parcerias construir formas participativas de ensino-aprendizagem na formação do educando integral, o que também acaba interferindo no contexto regional e global, que estão interligados de várias formas, portanto outros profissionais como o psicólogo e o assistente social podem contribuir com o processo educativo nesse ambiente.

Destaca-se aqui a importância da elaboração de um Projeto Político Pedagógico voltado para a educação no CRRCAM, sobretudo, para a identificação e o fortalecimento de ações educativas e a possibilidade de construir um melhor direcionamento das questões educacionais referentes ao desenvolvimento dos educandos, detectando os problemas e as suas dificuldades de aprendizagem e as probabilidades de solucioná-los e transformá-los em benefícios tanto para eles próprios quanto para o município e a região.

Mas, como realizar esta educação? Como proporcionar ao homem meios de superar suas atitudes, diante de sua realidade? Como ajudá-lo a inserir-se na sociedade que o exclui? A resposta nos parece estar na educação e no trabalho, através de métodos dialogal já defendidos por Freire em suas obras, com objetivos críticos, os primeiros passos já foi dado, mas após a minha observação fica claro a necessidade da construção de um currículo ou como defende o Professor C um plano específico para a ocasião, voltado a especificidade desse público, travessados de temas como ética, cidadania, família, sociedade, religião, enfim complementos necessários para se preparar para o retorno ao convívio social.

“No Brasil existem numerosos elementos positivos da educação em prisões. Diferentemente de outros países da América Latina, há, por exemplo, instituições com programas estáveis. Os grupos da sociedade civil realizam, com grande vitalidade e apesar de recursos escassos, um trabalho de grande valia. Existe, também, um interesse das autoridades por trabalhar e discutir os problemas e os temas fundamentais de educação nos cárceres. Isso é de grande valor.” Educando para a liberdade, 2005)

Segundo o projeto de 2005 “É necessário cooperar, intercambiar, criar redes de profissionais, de mestres, dialogar entre os ministérios. Criar laços, como diz O Pequeno Príncipe de Saint-Exupéry. Para trabalhar com os presos, não é possível trabalhar em isolamento. É necessário abrir horizontes com os presos e com a comunidade. ”

Com relação a atuação de professora mulher dentro do sistema é fator de discursão em se tratar de lidar somente com homens. Mas uma postura deve ser adotada e alguns cuidados devem ser tomados quanto a vestimenta, sendo necessário evitar roupas apertadas e usar jaleco para encobrir toda a costa, evitando comentários desnecessários na hora de escrever na lousa. Evitar sapato com salto, joias, celular, também é necessário evitar maquiagem e batons com tonalidades fortes, deve ser a mais simples possível.

Em se tratando de metodologias deve ser manter o mais dinâmico possível, pois o público em alguns momentos pode ser comparado a crianças, perdem com bastante facilidade a atenção e ainda para pessoas que ficaram bastante tempo fora da escola e algumas perdem o interesse pelos estudos. Assim, o professor deve encontrar um meio de fazer com que o aluno se interesse, que ele possa entender a importância do estudo na vida dele.

A maior necessidade em sala de aula é somente na parte estrutural, necessitamos de lousa nova e de um número maior de mesas e cadeiras. **(fala do Professora B)**

Já fiz vários experimentos para sondar os interesses dos alunos, e o ditado foi uma atividade que não deu certo porque a maioria não participou e o eco da sala não ajuda; a atividade que eles gostam da artística. **(falas do Professor C)**

Os recursos materiais e pedagógico são essenciais para o bom andamento das aulas, quando o coordenador pedagógico não dá o suporte necessário, os professores ficam sobrecarregados. No CRRCAM o suporte pedagógico ainda não aconteceu, com isso os professores ficam com a responsabilidade do currículo, dos planos, das avaliações. Como declara a **professora A**:

Temos o material básico de qualquer escola comum, com cópias e papelaria, porém na maioria das vezes temos que tirar do próprio bolso. O apoio pedagógico, que seria de extrema importância p o desenvolvimento das aulas, não acontece, não temos visitas periódicas do coordenador pedagógico responsável. **(fala Professor A)**

A ausência do pedagogo na unidade é apenas uma das dificuldades encontradas. Como sabemos, os presídios foram criados com uma estrutura para punir e não para educar. Assim a efetivação do ensino em ambientes prisionais é bastante complexo a começar pela falta de estrutura física, como lousa, canetas, cadeiras, matérias pedagógicas para os educandos. Assim para uma efetiva educação com qualidade nas unidades prisionais do estado é necessário que haja uma parceria entre o Tribunal de justiça, universidades públicas e particulares, institutos técnicos, escolas municipais, sociedade civil.

3.3-Educação nas prisões: um caminho para a ressocialização ou requisito para a remissão de pena?

O grande marco que iniciou a luta pela inclusão da educação nos presídios foi justamente com a entrada dos organismos internacionais como a ONU, a UNESCO, pós-ditadura militar, no Brasil, através do projeto Educando para a Liberdade, momento este que acontece uma tomada de consciência por parte dos direitos humanos, principalmente aos sujeitos privados de liberdade.

Para legitimarmos a educação nas prisões se faz necessário antes de mais nada nos despir de alguns conceitos errôneos, primeiramente o de que a educação para sujeitos nos estabelecimentos penitenciários seja uma regalia. É um direito a ser garantido para os sujeitos com pena privativa de liberdade. O segundo é de que os presídios são escola do crime, criado por conta da ociosidade em que vivem.

Segundo o Prof. Dr. Roberto da Silva⁶, os debates sobre a educação prisional ficaram suspensos no Brasil por 20 anos, período que coincidiu com a ditadura militar, o Projeto Educando para a Liberdade deu origem a uma série de atividades e conquistas no campo da educação nas prisões.

Nesse período o projeto Educando para a liberdade ganhou grande força, culminando em atividades como: Oficinas técnicas, seminários regionais, proposições para a alteração da lei de execução penal, financiamento de projetos junto aos sistemas estaduais e o próprio fortalecimento das relações entre os órgãos de governo responsáveis pela questão no âmbito federal e estadual, alguns dos resultados que merecem ser contabilizados ao longo desse período, assim os primeiros passos para novas e constantes discussões foram traçados.

Em 2006 foi realizado em Brasília o I Seminário Nacional pela educação nas prisões: uma união de esforços do ministério da Educação, da Justiça e a Representação da UNESCO no Brasil. Na luta pela construção de condições e possibilidades para o enfrentamento dos graves problemas que perpassam a inclusão social de apenados e egressos do sistema penitenciário.

Toda essa disposição está fundada em duas convicções. Primeiro, de que educação é um direito de todos. Depois, de que a concepção e implementação de políticas públicas, visando ao atendimento especial de segmentos da população estrutural e historicamente fragilizados, constituem um dos modos mais significativos pelos quais o Estado e a Sociedade podem renovar o compromisso para com a realização desse direito e a democratização de toda a sociedade. (Projeto educando para a liberdade, 2005)

⁶ Pedagogo (UFMT, 1993), Mestre (USP, 1998), Doutor USP, 2001). Atua na área de educação, com ênfase em administração de sistemas educacionais e educação em espaços não escolar, especialmente em estabelecimentos penitenciários.

A oferta de educação no sistema prisional brasileiro é justificada pela Constituição Federal de 1988, art. 1º, inciso III que trata do princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da república Federativa do Brasil enquanto estado democrático de direito, que implica em condições mínimas para uma vida digna.

Mas para que a pessoa possa ter dignidade são necessários que lhe sejam assegurados direitos sociais, como educação, saúde, trabalho, entre outros.

O Estado deve garantir o direito a educação a os cidadãos, para tanto cria-se leis a fim de garantir tais direitos, uma delas é a Lei de Diretrizes e Bases da educação estabelece em seu Art. 2º que a educação é um dever da família e do Estado, e deve ser movida pelos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, objetivando o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em se tratando de lei, a Lei de Execuções Penais (LEP) traz uma seção que trata especificamente da assistência educacional ao preso:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária.

§ 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas, cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

§ 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

O plano de transformar as penitenciárias em Centros de Recuperação, no início do século XX foi uma alternativa de se resolver a crise do sistema penitenciário, uma vez que mesmo com as repressões, as rebeliões eram constantes, mas esbarrou em muitos problemas que estagnaram o processo educativo dentro dos estabelecimentos penais, como: Limitação de recursos, um Projeto político pedagógico próprio, burocratização dos convênios, corrupção do sistema, limitação de recursos humanos: dificuldade de contratação de professores (alegam medo e inexperiência) falta de pedagogo nas unidades; Limitação de recursos materiais: livros didáticos, quadro, lápis, tecnologias.

Outro documento que surgiu das recomendações do I Seminário Nacional de educação em prisões foi o Plano Estadual de Educação nas Prisões do Pará, que apresentam planejamento acerca da oferta da educação básica e superior, profissional e tecnológica, e também de atividades complementares à educação escolar, visando ampliar e qualificar o atendimento das unidades prisionais. Dentre as ações fomentadas pelo Governo Federal e executadas pelas Secretarias Estaduais de Educação, estão: Turmas de Educação de Jovens e Adultos, Programa Brasil Alfabetizado e Exames Nacionais de Certificação.

Na verdade, a garantia do direito à educação pública em prisões e a política de direitos humanos a ela associadas podem determinar a existência de cárceres mais humanizados, mais democráticos, mais públicos, além de devolver a voz aos que quase a perderam como cidadãos, ao serem apartados do convívio social. (PEEP,2015)

Em curto espaço de dois anos, o governo federal passou a investir recursos em quase metade dos estados brasileiros, na melhoria dos sistemas públicos de EJA nas prisões. Convém mencionar que, 06 (seis) convênios foram celebrados em 2005, e outros 06(seis) em 2006, atendendo os estados do Acre, Pará, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Assim, no contexto Paraense foi elaborado e assinado o Convênio n 603/2006 entre SEDUC/SUSIPE, fundamentado no Projeto Educando Para a Liberdade Nacional, o mesmo tinha como objetivo:

... Cooperação Técnica entre os partícipes, visando à implantação de turmas de Educação de Jovens e Adultos do Ensino fundamental e Médio, nas instalações das

Unidades Penitenciárias Colônia Agrícola Helena Fragoso, Centro de Recuperação de Americano I, Centro de Recuperação de Americano II, Centro de Recuperação de Ananindeua, Centro de Recuperação do Coqueiro, Presídio Estadual Metropolitano III (Convênio 603/206). (PEEP, 2015)

Dentre as Cláusulas do Convênio, destacava-se no Parágrafo Único que ‘por medida de segurança dos professores as turmas seriam formadas com o máximo de 15(quinze) alunos no regime fechado e 30(trinta) no regime aberto semiaberto’. Sobre a formação continuada lançava a possibilidade de promover formação específica para professores através de ação conjunta, intencionando definir uma proposta metodológica específica para os internos.

Mesmo na esfera estadual a discursão sobre educação nos presídios não se difere do âmbito nacional, foi através do projeto educando para a liberdade que o debate ganhou força e culminou na elaboração do Plano Estadual de educação nas prisões do Pará:

Tomaremos como ponto de partida para a oferta da Educação no sistema prisional do Estado do Pará o Projeto Educando para a Liberdade: Trajetórias, Debates e Proposições de um projeto para Educação nas prisões brasileiras, publicado pela UNESCO, em parceria com Governo Japonês, Ministério de Educação e Ministério da Justiça em 2006 (p.34).” PEEP, 2015

Em 2010 foi normatizado as diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Em seu art. 10 determina que o planejamento das ações educativas em espaços prisionais para fins de remição de pena poderá contemplar, além das atividades de educação formal e não formal, o ensino individualizado e a educação para o trabalho, inclusive na modalidade de Educação a Distância, conforme previsto em normas deste Conselho Nacional de Educação

Os professores são lotados nas escolas do município e os alunos-internos estão lotados na EMEF. São João Batista, ou seja estão no senso da referida escola, assim eles dispõem de um pequeno recurso. O Coordenador pedagógico também é o que está lotado em uma escola que atende a EJA e também é atribuído esta tarefa de acompanhar a turma do CRRCAM devido ao convenio entre SEDUC e a SUSIPE, o que acaba gerando muitos problemas pois o coordenador não aparece na unidade. Mas, o pedagogo contratado pela SUSIPE além de conduzir com mais agilidade os tramites pedagógicos burocráticos do convenio e da documentação dos alunos, auxiliará pedagogicamente a turma. Assim, a contratação do pedagogo para a instituição é de suma importância para o processo de ensino.

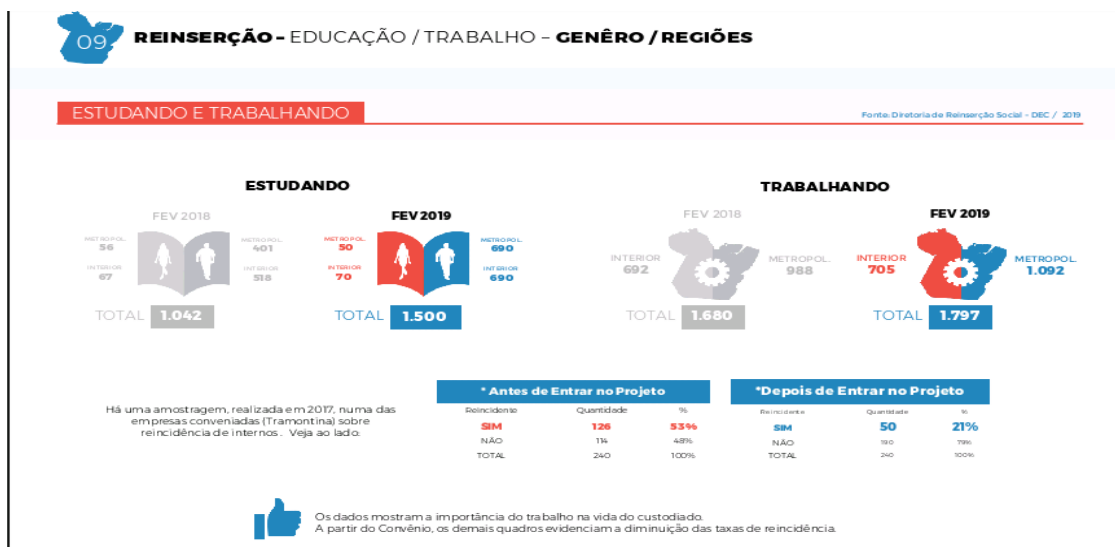
Os procedimentos adotados para o ingresso de alunos ocorrem a partir das seguintes fases:

- Divulgação da oferta de educação

- Seleção dos internos por meio da demanda espontânea.
- Avaliação técnica multiprofissional (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, terapeuta ocupacional, enfermeiros) além da participação dos chefes de segurança.

O quadro abaixo apresenta dados da revista SUSIPE EM NÚMEROS divulgado mensalmente pelo site d referida instituição. Onde podemos analisar o comparativo de dados dos meses de Janeiro/2018 e janeiro /2019, onde em janeiro de 2018 eram 1.042 internos em atividades educacionais e no mesmo período de 2019 foram contabilizados 1.500 internos em atividades educacionais. Já em atividades de trabalho em Janeiro de 2018 eram 1.680 e no mesmo período de 2019 foram 1.797.

Figura 4: Quantitativo da população carcerária do estado que estudam e trabalham



Há uma amostragem realizada em 2017 em uma das empresas conveniadas (TRAMONTINA) sobre a reincidência de internos, antes de entrar no projeto social de educação havia uma reincidência de 53% e depois que entraram no projeto a porcentagem passou a ser de 21%. Então percebemos a importância do trabalho na vida do custodiado, uma vez que evidencia a diminuição da reincidência de crime.

O papel da educação nas prisões, perpassava pelo entendimento que por intermédio da educação a população carcerária poderia torna-se agente de transformação social, logo, a

atividade educativa junto aos apenados, deveria possibilitar a busca de nova perspectiva social. Conforme o projeto Educando para a Liberdade (2007), pensar a ressocialização do detento distante de uma atividade educativa organizada, certamente configuraria apenas como mero instrumento de cumprimento de pena sem visualizar os direitos garantidos dessa população.

Necessário se faz, ao nosso ver, estabelecer um processo colaborativo mediado pelo diálogo, capaz de propiciar um aprendizado mútuo, coletivo e esclarecedor de questões sociais vivenciadas em suas particularidades locais. A ênfase se dá não ao indivíduo, nem ao coletivo, mas a possibilidade de interação entre os entes, a troca, o fluxo, a capacidade de se extrair da relação dialógica o saber necessário para conduzir a mudanças (PEEP, 2015)

As contribuições do Dr. Roberto da Silva são bastante relevante, uma vez que vem acompanhando essa discursão a mais de trinta anos, e possui uma história de vida importante de contribuição para o debate; de preso da FEBEM a professor da USP ele defende o direito a educação em prisões. Ele nos apresenta a necessidade de fortalecimento da educação, popular, social que necessitam de “políticas públicas, de financiamento, de avaliação, de política de formação de professores e são pejorativamente alcunhadas não formais, sendo ofertadas em espaços precários, na maioria das vezes por ONGs e organizações populares, sociais e/ou comunitárias como se fosse uma educação pobre para uma população pobre.

Para o Prof. Dr. Roberto da Silva o ensino nos moldes da Educação de Jovens e Adultos não resolverá por si só os desafios da ressocialização. Mas o papel de ressocializar através da educação está além da elevação da escolaridade, é necessário criar condições para que os educandos desenvolvam suas competências para criar, intervir e dialogar com o diferente, assumir seu lugar no mundo, compreendendo e ressignificando a realidade.

No ano de 2014, foi assinado um Convênio Nº 268/2014 houve a ampliação da oferta de vagas educacional, estendo o atendimento para 13 Unidades Penais do estado entre elas o Centro de Recuperação Regional de Cametá. Mas a oferta vem andando a passos curtos considerando a quantidade de internos custodiados pela SUSIPE.

Para isso, é necessário esforço coletivo de professores, agentes prisionais, coordenação pedagógica e a gestão da unidade. Pois, a falta de fomentos, incentivos e apoio aos projetos sociais garantidos pela Lei de Execução penal que visa a recuperação dos presos condenados, pode sofrer um impacto negativo, ineficaz.

Quando se pensa educação em ambientes com sujeitos privativos de liberdade, deve-se esperar que o estado ofereça através da Educação de Jovens e Adultos condições finais de desenvolvimento integral do aluno. Isso significa prepará-lo, para o acesso a capacidades

básicas, que facilite sua inserção no mundo do trabalho e ou em estudos superiores e ao mesmo tempo capacitá-lo para interagir socialmente de forma responsável, dotá-lo de criatividade e de senso crítico para exercer a cidadania de forma plena e digna. E, principalmente acreditar a através da educação pode se transformar a realidade onde se vive.

Nos ambientes das prisões apresentam-se a educação formal garantidas em lei através da modalidade da Educação de Jovens e adultos, funcionado em corda bamba através de um convenio entre SUSIPE e Secretaria Municipal de Educação, e também temos a educação informal, nas práticas artesanais, palestras, ações de entidades como a pastoral carcerária, programa e projetos desenvolvidos pela própria unidade,

Para fins do presente levantamento, as atividades educacionais foram discriminadas entre atividades de ensino escolar, que compreendem as atividades de alfabetização, formação de ensino fundamental até ensino superior, cursos técnicos (acima de 800 horas de aula) e curso de formação inicial e continuada (capacitação profissional, acima de 160 horas de aula); e atividades complementares, que compreendem as pessoas matriculadas em programas de remição pelo estudo por meio da leitura, pessoas matriculadas em programas de remição pelo estudo por meio do esporte e pessoas envolvidas em demais atividades educacionais complementares (tais como, videoteca, atividades de lazer e cultura). (INFORPEN, 2016)

Para maior eficácia na organização da Educação não - formal, faz-se necessário:

- Existir um espaço específico para o desenvolvimento das ações, já que essas ocorrem nas salas destinadas à educação formal, geralmente é utilizado a brinquedoteca para realizar outras atividades.
- Parcerias contínuas para que todas as Unidades Penitenciárias sejam contempladas com as ações propostas;
- A existência de um repasse de recursos financeiros da SUSIPE exclusivo às ações educacionais;
- Compatibilidade de horário com as atividades laborais e educação básica;
- Integração do corpo técnico das Unidades no processo de desenvolvimento das ações propostas, quanto ao levantamento de demandas, seleção do público alvo e incentivo, através de ciclos de palestras motivacionais, etc;
- Articulação da SUSIPE com poder público municipal.

Não menos importante, deve-se traçar propostas e planejamentos voltados a formação continuada do professor tendo como público alvo os profissionais da educação que atuam nas instituições ligadas ao Sistema de Educação Prisional no Estado do Pará, objetivando além da formação desses profissionais para melhor atuação no sistema penitenciário, aprofundar a

debate sobre a Educação Prisional e estabelecer estratégias para fortalecer o processo de valorização dos profissionais da educação.

O sistema penitenciário é a última instância para o sujeito infrator que já passou por muitos problemas sociais e vive em condições de vulnerabilidade, as características dos sujeitos privados de liberdade são em sua maioria jovens com baixa escolaridade, baixa profissionalização, pobres e não é apenas a elevação da escolaridade que vai resolver o problema, ou seja não é apenas a implantação da Educação de Jovens e Adultos que vai da conta da ressocialização.

Outro sim, é preciso trabalhar a educação e trabalho como dimensões complementares, por exemplo, os presos sabem fazer alguma coisa no âmbito informal do trabalho, muitos trabalhavam como: encanador, pedreiro, padeiro, marceneiro, entre outras atividades, e também houve uma época que eram os próprios presos que trabalhavam nos reparos e manutenção do sistema e que hoje esses serviços são terceirizados, e que essas empresas não dão chance para esse tipo de mão de obra.

Porém, o que os presos não sabem são os fundamentos, os rudimentos científicos dessas atividades. Então, o que se precisa não é trazer novos cursos técnicos para esse público e sim aperfeiçoá-los, profissionalizá-los naquilo que eles já conhecem, já sabem fazer.

Para que o processo educacional dentro dos estabelecimentos penitenciários deem certos é necessário o envolvimento de todos direta e indiretamente, como:

A contribuição por parte dos próprios educandos em cooperar em esforço para aprender,

O poder judiciário que tem sido parceiro das ações do sistema penitenciário,

As secretarias estaduais e municipais de educação no cumprimento das normas do convênio em disponibilizar, professores, matérias didáticos, coordenador pedagógico e cursos de formação continuada,

A SUSIPE, através da coordenação do núcleo de Reinserção Social e do departamento de educação, cabe dar suporte técnico as unidades do interior, disponibilizando recursos para a melhoria das salas de aulas, cursos de aperfeiçoamento de professores e agentes penitenciários.

Os agentes penitenciários que mesmo não acreditando no poder dos projetos de ressocialização, devem colaborar com o atendimento aos presos, na sua condução da cela até a sala de aula

E os professores, tão importante nesse processo de protagonismo educacional. Muitos são os documentos que pode ser usado como base nesse processo político-pedagógico. A seguir listados, apresentamos algumas contribuições para reflexão e atuação dos professores que atuam em ambientes de privação de liberdade, apresentados pelo plano de educação nas prisões do estado do Pará (2005):

- Desenvolver uma forma de transmitir conhecimentos de maneira descontraída, divertida, uma vez que os educandos perdem o interesse com facilidade, e que tenha a função de cumprir com o objetivo primeiro da escola, que é o ensino e a aprendizagem.
- Demonstrar aos alunos como tais conhecimentos adquiridos podem ajuda-los dentro e fora da sala de aula.
- Trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar, uma vez que são poucos professores.
- Contribuir para desenvolver novos hábitos e atitudes em nossos alunos, em relação à interação de confiança entre professor e aluno, preparando-o para o retorno em sociedade (aqui pode se trabalhar com os temas geradores, trabalhos por Paulo Freire)
- Conscientizar sobre a importância da leitura, filmes e outros eventos culturais.
- Conscientizar sobre a importância da educação e o trabalho para esses sujeitos na sua vida em sociedade, e não apenas como mera remissão de pena.
- Preparar e adequar o jovem e o adulto para as exigências de um mercado de trabalho, que prima por ser competitivo dominado pela tecnologia e pelas constantes inovações da era globalizada que vivemos.
- Que os alunos possam entender que o exercício pleno da cidadania de forma consciente e justa só é possível através do desenvolvimento intelectual, ético, moral e fraternal de todo ser humano.
- Preparar o aluno para poder utilizar os diferentes códigos de linguagem para bem se comunicar ou interpretar a realidade que o cerca.
- Preparar o aluno para saber posicionar-se de forma consciente, crítica e responsável frente aos problemas sociais.

O Plano Estadual de educação nas prisões aponta para a fundamental importância do agente de educação para a efetivação da oferta de educação, uma vez que suas atividades não se restringem apenas a escolta. Trata-se de um profissional que atua como facilitador para a garantia do acesso e permanência dos alunos.

Outra dimensão que deve ser destacada é a do diálogo, somente com o diálogo e pelo diálogo, podemos fortalecer a educação nos ambientes de privação de liberdade, nos espaços de repressão não há espaço para o diálogo, porém isso não quer dizer que não deva existir autoridade. Cada agente tem sua função e seu papel determinante dentro do sistema, cabe a cada um fazer seu papel. Até entre os próprios internos tem suas regras. Nesse sentido:

Necessário se faz, ao nosso ver, estabelecer um processo colaborativo mediado pelo diálogo, capaz de propiciar um aprendizado mútuo, coletivo e esclarecedor de questões sociais vivenciadas em suas particularidades locais. A ênfase se dá não ao indivíduo, nem ao coletivo, mas a possibilidade de interação entre os entes, a troca, o fluxo, a capacidade de se extrair da relação dialógica o saber necessário para conduzir a mudanças. (Plano Estadual de educação nas Prisões, 2015)

Portanto para garantir a qualidade da oferta da Educação nas prisões, com base nos fundamentos conceituais e legais da Educação de Jovens e Adultos, deve-se pautar na educação freireana sob os paradigmas da Educação Popular, calcada nos princípios da autonomia e da emancipação dos sujeitos do processo educativo.

Neste sentido, o Plano Estadual de Educação nas Prisões defende que a educação no cárcere deve ainda acontecer em um espaço democrático de socialização de saberes e de confrontos de ideias que vai além da transmissão de conteúdo e passa a ser um ato criador que integrado ao tempo e espaço leva os sujeitos a refletirem sobre sua condição

A educação é uma política de meio e longo prazo e segundo a SUSIPE sua colaboração se dar:

Para o sistema penitenciário do estado do Pará as vantagens dos projetos educativos e assistenciais, ocorre através da melhoria no ambiente da cadeia, tornando-o mais ameno, probabilidade na redução de tentativas de fugas e de rebeliões e motins; diminuição da distância entre o condenado e a vida em sociedade; redução do ócio dentro das penitenciarias; maior fomento da reinserção social dos privados de liberdade, bem como o atendimento aos familiares cumprindo o dispositivo disposto na legislação.

Para o detento, o programa educacional deverá remir sua pena (3 dias de aula, remi 1 dia de pena); elevação da escolaridade; Para a sociedade, a diminuição da reincidência ao crime, colaborando diretamente para a redução da violência nos municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de construção da pesquisa, tive o contato com a obra do importante autor Leonardo Boff (2010) *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Para minha surpresa a leitura me fez relacionar com a temática que ora pesquisava, me fazendo refletir como os sujeitos encarcerados estão reduzidos a condições inferiores, reclusa (galinha) e como podem se libertar, evoluir para a condição de águia, representada em símbolos, na capacidade de romper com limites, criar coisas novas, conectar-se com o futuro.

Mas primeiramente, não podemos esquecer o que o autor também faz questão de frisar que cada ponto de vista é único, que nossas leituras dependem das experiências de vida, da carga cultural que carregamos, por isso cada sujeito tem a sua, ou seja, cada leitor tem a sua interpretação do assunto. Quero aqui frisar que em se tratando de sistema penitenciário deve-se haver, ética e comprometimento quanto ao trabalho de ressocialização desses sujeitos, pois afinal, são sujeitos que cometeram crimes, mas que possuem uma trajetória de vida. Sem esquecer que o olhar da pesquisadora é de quem já atuou como gestora na unidade.

As ações de ressocialização dentro do sistema penitenciário são tidas como assistencialistas, sendo este próprio termo utilizado pela Lei de Execução Penal, e em se tratando das unidades do interior as ações andam a passos curtos, pois em muitos casos não contam com estrutura adequadas, como salas, materiais pedagógicos, profissionais: como o pedagogo lotado pela unidade para orientar, promover e desenvolver ações educativas juntamente com o outros profissionais da instituição, formando uma equipe multidisciplinar que através de projetos buscariam recolocar os internos à sociedade.

A sensação que se tem ao acompanhar os projetos educacionais que são desenvolvidos no âmbito do sistema penitenciário, é que não é dada a importância devida, uma vez que não há o pedagogo nas unidades que desenvolvem esses projetos, sendo que esse debate não é pautado na sociedade. Nota-se que desde as iniciativas do projeto educando para a liberdade que não se tem avivado esse debate, e ainda os congressos e conferência de educação não adotam essa linha de debate em suas programações.

Muitos projetos voltados a educação, trabalho e renda de internos que obtiveram êxito já foram pauta de matérias e exibidos na televisão brasileira, como o último exibido pelo Jornal da Globo na edição do dia 13 de agosto de 2019 que mostrou os dados da falha da ressocialização no Brasil onde menos de um em cada cinco presos trabalham e menos de um em cada sete estudam, mas o estado do Piauí mostrou que é possível e através de convenio entre secretaria de justiça e educação, conseguiram atualmente manter que 40% de sua

população prisional em sala de aula. Onde presos chegaram com a antiga 3ª série do ensino fundamental e hoje estão concluindo o ensino médio e outros que estão cursando o ensino superior, graças aos projetos de educação no presídio. Assim, vislumbrando ações que veem dando certo e depoimentos de egressos que hoje vivem dignamente do seu trabalho e mudaram sua realidade, vemos o quanto é possível a ressocialização, mas para isso é necessário esforço, vontade política, uma política de humanização nos estabelecimentos penitenciários, trabalha efetivamente a educação nos espaços penitenciários como instrumento de política pública para combater a criminalidade (Ressocialização).

Analisando os dados que mostram a população carcerária crescente, isso nos diz que as ações de repressão policial não resolvem o problema, pelo contrário, a exemplo de países que adotam a pena de morte e assumem as primeiras posições no quadro de quantitativo de pessoas presas. Hoje, o jovem ver no mundo do crime, vantagens, diferente de sua posição de pobre e desestrutura familiar.

Nota-se que os profissionais que não podem faltar na unidade é assistente social, psicólogo e técnico em enfermagem, os processos seletivos promovidos pela SUSIPE não dispõe da oferta de vagas para pedagogo embora haja unidades com aulas em funcionamento e sem o pedagogo, como o caso do CRRCAM.

No decorrer da pesquisa percebemos a importância do pedagogo no sistema penitenciário, mas não devemos cair no reducionismo, pois outros profissionais e atividade e ações contribuem com o processo educativo. Como colabora Líbano (1999) não se deve reduzir o educativo ao ato de ensinar, existem múltiplas praticas educativas na sociedade, tanto que o pedagogo é o profissional que pode atuar em muitas áreas, como: empresarial. Hospitalar, prisional, meio ambiente.

Identificamos que dentre as muitas ações do pedagogo no ambiente prisional a que nos chama a atenção e o seu papel de ensinar e de alguma forma tocar o aluno a entender e encontrar seu lugar na sociedade. A fim de que se possa pensar em outras alternativas, abandonando o crime.

O trabalho do pedagogo ainda que apresente toda uma proposta de atuação, não se pode deixar de analisar todos os estruturantes necessários para aconteça, inclusive quando da própria segurança desse profissional.

Assim, Paulo Freire (1996) deixa um belo ensinamento. Sobre a ética no exercício de nossa tarefa docente. “o erro na verdade não e ter certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e

desconhecer que, mesmo do acerto do seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele."

O olhar pedagogo diz da necessidade de criar um Projeto Político Pedagógico característico da instituição, com os objetivos claros e eixos norteadores que visem construir coletivamente uma Proposta Pedagógica para um ensino politizado; com ações, projetos, programas e políticas públicas que favoreçam a inclusão social através da democratização do acesso e a permanência ao Ensino Fundamental, na qualificação profissional e no prosseguimento de estudo para que o educando encontre seu lugar na sociedade, bem como, trabalhe essa emancipação a partir de uma educação enquanto ato de revolução, utilizando praticas pedagógicas que venham contribuir efetivamente do o processo de ressocialização.

O princípio de igualdade é o norteador do processo de aprender. Despertando assim o gosto e habito pela leitura, pelo estudo, fazendo com que o educando evidencie de forma legal sua capacidade de sujeito autônomo, capaz de produzir seus próprios conhecimentos junto a professores e colegas e ter expectativa de vida, em sua promoção enquanto ser social, que visa seu desenvolvimento e o desenvolvimento de sua comunidade e dos espaços de convivência. Assim, o preso que se torna autônomo no meio social é capaz de modificar sua realidade.

O plano contemplará vários aspectos como: currículo; formação de professores, matérias didáticas, avaliação. Os programas de formação de professores que atuam em ambientes de privação de liberdade são bastantes relevantes, uma vez que há uma certa dificuldade de encontrar professores disposto a atuar nesse ambiente por conta do preconceito e falta de conhecimento sobre o ambiente. O professor necessita entender um pouco sobre o sistema penitenciário e as bases teóricas que norteiam essa educação. Além de poder está preparado para lidar e entender emoções desse público.

Identificamos que dentre as muitas ações do pedagogo no ambiente prisional a que nos chama a atenção e o seu papel de ensinar e de alguma forma tocar o aluno a entender e encontrar seu lugar na sociedade. A fim de que não possa cometer mais crimes.

As ações de reinserção social ainda são tímidas principalmente nas unidades do interior do estado, como no caso a de Cametá que está funcionando desde 2014 com duas turmas 2ª e 3ª etapas e com quatro professores.

As práticas educativas têm proporcionado mudanças positivas para o interno? Ao analisarmos as falas dos internos que participam das aulas, dizem que esperam sair e mudar, e os próprios professores concordam que tem alunos que se esforçam que querem aprender, mudar, mas em contrapartida outros não. Sabemos que a ressocialização através da educação

é um processo a longo prazo e também sabemos que essa ressocialização não atingirá a todos mais creio que os exemplo positivos permitirá que os índices aumentem.

Segundo o que foi exposto sobre Paulo freire vimos que sua pratica educativa está fortemente baseada no diálogo e no respeito aos educandos, pois se trata de um ´pessoas com experiências de vidas, com algum grau de conhecimento acumulado, conhecimento rudimentar de uma profissão, cabe ser fornecido o conhecimento científico dessa técnica para o desenvolvimento da criticidade frente a realidade para que seja possível transformá-la. A estrutura do diálogo que Freire apresenta está no centro da ação-reflexão-ação proporcionado novos níveis de consciência, enfim a educação como processo de humanização.

Finalizo esta pesquisa desejando que ela seja um instrumento que desperte profissionais e autoridades para a importância social da educação dentro dos estabelecimentos penitenciários, pois grandes exemplos positivos temos para seguir, como a do professor Dr. Roberto da Silva que defende a educação dentro dos presídios pois ele não apenas estuda como também já estava na condição de detento e na sua época de interno não havia tanta defesa dos direitos e mesmo assim ele conseguiu superar esse período de reclusão, quanto mais se houver uma mobilização de governo e sociedade em prol de uma efetiva ressocialização através da educação e do trabalho, com certeza o índice de reincidência criminal diminuiria. Como eu digo, se em uma penitenciaria com 50 presos e três ou cinco conseguir retomar ao convívio da família e social será uma grande vitória. Que possamos acreditar nisso!

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

BATISTELA, Jamila E. e AMARAL, Marilda Ruiz A. Breve Histórico do Sistema Prisional. artigo: impresso. 2008.

BOFF, Leonardo. A águia e a galinha: Uma metáfora da condição humana. 48 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOGDON, R e TAYLOR, S. J. Introdução ao Método qualitativo de investigação. Buenos Aires: , 1987.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Brasília. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 06

de abril de 2019.

_____. Lei de Diretrizes e bases da educação. Lei nº. 9.293/96 Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 06 de abril de 2019.

_____. Plano Nacional de educação. Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 06 de abril de 2019.

_____. Constituição Federal. Brasília. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 06 de abril de 2009.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Integrado de informação penitenciária - INFOPEN 2014 e 2016. Disponível em: < <http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em fevereiro 2019.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015. 404 p. :

_____. Lei 12.433. Lei de remição de pena pelo trabalho e estudo (LEI ORDINÁRIA). Brasília, DF. 2011. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: fevereiro 2019.

CAMPAGNE, Francis. Le jouet, l'enfant, l'educateur-rôles de l'objet dans le développement de l'enfant et le travail pédagogique. Paris: Privat, 1989.

CUNHA, Nylse Helena Silva. Brinquedoteca. Um orgulho no brincar. 4ª ed. Aquariana.2007

DEMO, Pedro, Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3ª Ed. São Paulo, Atlas, 1995

EDUCANDO PARA A LIBERDADE: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. – Brasília : UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147583>. Acesso: 26.02.2019

FREIRE. Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro. EGA, 1996

GIL, Antonio C. Métodos e técnicas em pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999

IBGE.2018. Cametá. Disponível em : [https:// cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ cameta/panorama.2018](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama.2018) acesso em: 01.08.2019

INFORPEN. Relatório sobre a população carcerária brasileira. 2014. Disponível em: www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/inforpen-dez14.pdf. Acesso em 24.04.18

KISHIMOTO, Tizuko Moschida. O Jogo e a Educação Infantil. São Paulo: cengage learning. 2013

LIBÂNEO, Luiz Carlos. Pedagogia e pedagogos: para quê? 12 ed. São Paulo: Cortez, 1999

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISOES DO PARÁ. 2015. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgpc/acoes-de-educacao/planopplfinal.pdf>. Acesso em: 26.02.2019

RELATÓRIO SOBRE A POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA. 2014. Disponível em: www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/inforpen-dez14.pdf. Acesso em 24.04.18

SANTOS, S. M. P. Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico. Petrópolis: Vozes, 2000

SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM PRISOES. Disponível em: http://www.educadores.dia a dia. pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/seminario_nacional.pdf . Acesso. 24.04.2019

SILVA, Roberto da; MOREIRA, Fábio Aparecido. Objetivos educacionais e objetivos da reabilitação penal: o diálogo possível. Revista Sociologia Jurídica, n. 3, jul./dez. 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ. Revista SUSIPE em números. Ed. Janeiro a Novembro de 2018. Disponível em: < <http://www.susipe.pa.gov.br>>. Acesso em: 15 fev.2018

YIN, Roberto K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi-3 ed. Porto Alegre: Bookman,2005.

APÊNDICE

a) ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO EM SALA:

Materiais: Emojis impressos com cada qualidade escrita atrás para que cada um possa ler em voz alta

O Presente: O organizador pode escolher como presente alguma guloseima como uma caixa de bombom com o mesmo número de participantes, ou outro que possa ser distribuído uniformemente no final da dinâmica. Este presente deve ser leve e de fácil manejo pois irá passar de mão em mão. Tente embrulhá-lo bem atrativo com um papel bonito e brilhante para aumentar o interesse dos participantes em ganhá-lo.

Como desenvolver a dinâmica: através do número de participante estabelece-se o número de participantes e seleciona-se o mesmo número de qualidades para serem abordadas durante a dinâmica. Poderão ser escolhidas as que achar relevante dentro da situação em que vive.

Início: O organizador com o presente nas mãos diz Somente o amor e não o ódio é capaz de curar o mundo. **PARABÉNS!** Você tem muita sorte. Pois você é especial, a pessoa mais **ALEGRE**. Foi premiado com um presente.

Agora receba o presente e leia sua qualidade!

1. **ALEGRIA! ALEGRIA!**

Hoje é festa, pessoas como você transmitem alegria e alto astral. Parabéns, com sua alegria passe o presente a pessoa mais **INTELIGENTE**.

2. A inteligência nos foi dada por Deus. Parabéns por ter encontrado espaço para demonstrar este talento, pois muitas pessoas são inteligentes e a sociedade, com seus bloqueios de desigualdade, impede que eles desenvolvam sua própria inteligência.

Mas o presente ainda não é seu. Passe-o a quem tem **PAZ**.

3. O mundo inteiro clama por paz e você gratuitamente transmite, pois a Paz não é uma bandeira branca é uma alma limpa. Parabéns! Com muita Paz, passe o presente a uma pessoa amiga **AMIGO**.

4. Diz uma música de Milton Nascimento, que "amigo é coisa para se guardar do lado esquerdo do peito, dentro do coração". Parabéns por ser amigo, mas o presente. . . ainda não é seu. Passe-o a alguém **DINÂMICO**.

5. Dinamismo é fortaleza, coragem, compromisso e irradia energia. Seja sempre agente multiplicador de boas idéias e boas ações em seu meio. Parabéns! Mas passe o presente ao mais solidário **SOLIDÁRIO**.

6. Parabéns! Você prova ser continuador e seguidor dos ensinamentos de CRISTO. Solidariedade é de grande valor. Olhe para os amigos e passe o presente ao mais **BONITO**

7. Parabéns! Elegância, beleza, completa a criação humana e sua presença torna-se marcante, mas o presente ainda não será seu, passe-o a quem você acha mais **OTIMISTA**.

8. Otimista é aquele que sabe superar todos os obstáculos com alegria, esperando o melhor da vida e transmite aos outros a certeza de dias melhores. Parabéns por você ser uma pessoa otimista! É bom conviver com você, mas o presente ainda não será seu. Passe-o a pessoa mais **COMPETENTE**.

9. Competentes são pessoas capazes de fazer bem todas as atividades a elas confiadas e em todos os empreendimentos são bem sucedidas, porque foram bem preparadas para a vida. Essas são pessoas competentes como você. Mas o presente ainda não é seu. Passe-o ao mais **CARIDOSO**.

10. A caridade é como diz São Paulo aos Coríntios: "ainda que eu falasse a língua dos anjos, se não tiver caridade sou como o bronze, que soa mesmo que conhecesse todos os mistérios, toda a ciência, mesmo que tomasse a fé para transportar montanhas, se não tiver caridade de nada valeria. Você que é assim tão perfeito na caridade, merece o presente. Mas mesmo assim, passe o presente ao prestativo **PRESTATIVO**.

11. Prestativo é aquele que serve a todos com boa vontade e está sempre pronto a qualquer sacrifício para servir. São pessoas agradáveis e todos se sentem bem em conviver. Você bem merece o presente. Mas ele ainda não é seu. Passe-o ao **ARTISTA**.

12. Você que tem o dom da Arte e sabe transformar tudo, dando beleza, luz, vida, harmonia a tudo que toca. Sabe suavizar e dar alegria a tudo que faz. Admiramos você que é realmente um artista, mas o presente ainda não é seu. Passe-o a quem tem **FÉ**.

13. Fé é o dom que vem de Deus. Feliz de você que tem fé, pois com ela você suporta tudo, espera e confia porque sabe que Deus virá em socorro nas horas difíceis e poderá ser feliz. Diz o salmo 26 " O Senhor é a minha luz e minha salvação, de quem terei medo?" Se você acredita e espera tanto de Deus, sabe também esperar e ter fé nos homens e na vida e assim será feliz. Mas o presente não é seu, pois você não precisa dele. Passe-o a quem tem o espírito de **LIDERANÇA**.

14. Líderes são pessoas que sabem guiar, orientar e dirigir pessoas ou grupos, com capacidade, dinamismo e segurança. Junto de você que é líder sentimos seguros e confiamos em tudo o que você diz e resolve fazer. Confiamos muito em você, que é líder, mas o presente ainda não é seu. Passe-o a quem você acha mais **JUSTO**.

15. Justiça! Foi o que Cristo mais pediu para o seu povo e por isso foi crucificado. Mas não desanime. Ser justo é colaborar com a transformação de nossa sociedade. Mas já que você é muito justo, não vai querer o presente só para você. Abra e distribua com todos, com um aperto de mão.

E assim o presente é distribuído entre todos

b) ENTREVISTA COM DOCENTES:

ENTREVISTA 1: Professor A

Público-alvo: Docentes

1. Nome : **Professora C. C. S.** (Intitulado professor **A**)
2. Há quanto tempo atua no ensino no CRRCAM? **3 anos**
3. Porque decidiu pela docência nos presídios?

Pelo desafio em experimentar novas formas de metodologias e práticas na área da docência.

4. Qual a colaboração da educação para a vida dos educandos?

A educação é essencial na vida de qualquer pessoa, e para esses alunos em especial, ela se torna um meio importante no seu bem estar social e o primeiro passo para uma tentativa de mudança no estilo de vida em sua volta ao convívio em sociedade.

5. Qual a metodologia utilizada por você em sala?

As metodologias utilizadas em sala de aula são de formas diversificadas e de acordo com o tema trabalhado em sala de aula, elas são voltadas para ética, cidadania e religiosidade, trabalhadas de formas transversais, trabalhamos com artesanato para incentivar a criatividade e despertar possíveis possibilidades de renda futuramente.

6. Como ocorre o processo avaliativo?

O processo avaliativo é feito mediante observação diária, atividades trabalhadas em sala de aula e interesse e desempenho relacionado ao assunto apresentado. Existe uma ficha de diagnóstico?

7. O componente curricular é contemplado?

Temos o total controle das atividades a serem elaboradas, produzimos o nosso próprio material. Baseado em que?

8. Você utiliza recurso tecnológico em sala? Quais?

Devido o ambiente requerer certa segurança, a utilização de alguns recursos tecnológicos se torna inviável de serem utilizados, mas utilizamos caixas de som, televisão e dvd, sendo esses dois últimos pertencentes ao CRCCAM.

9. Quais os desafios enfrentados pelo professor?

Os desafios encontrados são referentes à valorização da educação e do profissional que está atuando na unidade, pois encontramos algumas resistências dos profissionais da unidade em entender que a educação penitenciária é um direito garantido por Lei e que estamos lá com a finalidade de ajuda-los na ressocialização, visto que a impressão que temos é que a única finalidade do sistema presidiário é somente punir e não educar o cidadão.

10. Qual o apoio material e pedagógico que os professores recebem?

Temos o material básico de qualquer escola comum, com cópias e papelaria, porém na maioria das vezes temos que tirar do próprio bolso. O apoio pedagógico, que seria de extrema importância p o desenvolvimento das aulas, não acontece, não temos visitas periódicas do coordenador pedagógico responsável.

11. Hoje. Qual sua maior necessidade em sala?

A maior necessidade em sala de aula é somente na parte estrutural, necessitamos de lousa nova e de um número maior de mesas e cadeiras.

12. Como é elaborado o planejamento das aulas?

O planejamento é elaborado objetivando, além da transmissão do conteúdo, inserir valores éticos e sociais aos alunos.

Como isso acontece?

ENTREVISTA 2: DOCENTE P.P

1. Nome : **Professor P. P. S. M.** (Intitulado professor **B**)

2. Há quanto tempo atua no ensino no CRRCAM? **“Desde 2017”**

3. Antes de atuar na docência do sistema, qual era sua visão?

Uma visão normal, porque eu sempre tive o entendimento das diferenças, dos diferentes lugares com diferentes pessoas.

4. Qual a colaboração da educação para a vida dos educandos?

“A interação da troca de conhecimentos, sempre buscando a razão e a verdade num censo crítico numa sociedade complexa.”

5. Qual a metodologia utilizada por você em sala?

“A mais interativa possível em que é posto o assunto e debatido por todos, claro tendo o meu direcionamento.”

6. Como ocorre o processo avaliativo?

“Dentro das normas de um colégio normal, mas levando em conta as limitações encontradas nas vivências desses educandos.” Existe um regimento ?

7. O componente curricular é contemplado?

“Com atividades lúdicas na medida do que é possível.”. Que tipo de atividades?

8. Você utiliza recurso tecnológico em sala? Quais?

“Sim, como complemento para quebrar o mesmo de sempre, filmes relacionados com o assunto abordado.”

9. Quais os desafios enfrentados pelo professor?

“Sempre buscando metodologias em que se possa ter reflexão e participação por parte dos educandos.”

10. Qual o apoio material e pedagógico que os professores recebem?

“A nossa equipe faz o impossível junto com a Secretaria de educação para termos tanto material como pedagógico necessário para que se possa ter um bom aprendizado.”

11. Hoje. Qual sua maior necessidade em sala?

“A necessidade de sempre querer o melhor, só que dentro dos recursos que são disponíveis pela Secretaria de educação.”

ENTREVISTA 3: DOCENTE J.M (Intitulado professor C)

Nome: J.M. Pedagogo atua há 18 anos

1. Você possui experiência para atuar na área da educação em ambiente não escolar (Sistema prisional)?

R=Já trabalhei quatro anos com pessoas de risco social no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

2. Você recebeu formação para atuar no espaço (CRCAM)?

R= Não. Só a experiência da vida

3. Como ocorre do processo de construção do currículo e da avaliação?

R=. Com relação ao currículo percebo que é um trabalho aleatório e uma falta de articulação para a construção de um plano curricular específico para esse público e assim poder avaliar.

4. Quais suas primeiras percepções sobre o ensino no ambiente?

R= Como eu estou chegando agora, são os meus primeiros dias de docência nesse ambiente, estou primeiramente coletando informações que são comuns para o processo de aperfeiçoamento do trabalho pedagógico. Por exemplo é necessário saber se ocorre a progressão. Quem vai sair? Quem vai ficar? O perfil da turma.

Com relação aos internos já percebo que tem alunos que querem aprender e se esforçam e outros demonstram falta de interesse, que estão ali somente para sair d a rotina da cela ou pela progressão de regime

Já fiz vários experimentos para sondar os interesses dos alunos, e o ditado foi uma atividade que não deu certo porque a maioria não participou e o eco da sala não ajuda; a atividade que eles gostam é da artística.